

Diário do Legislativo de 04/06/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 39ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 24ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATAS

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 2/6/2005

Presidência do Deputado Rogério Correia e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do Deputado Weliton Prado; aprovação - Questão de ordem - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.370 a 2.372/2005 - Requerimentos nºs 4.879 a 4.905/2005 - Requerimentos dos Deputados Gilberto Abramo, Roberto Carvalho e Weliton Prado - Proposição Não Recebida: Requerimento do Deputado Doutor Ronaldo - Comunicações: Comunicações da Deputada Maria Olívia e dos Deputados Dilzon Melo (3), Arlen Santiago e Leonardo Moreira - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Roberto Carvalho, Gilberto Abramo e Weliton Prado; deferimento - Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.228/2005 e dos Projetos de Lei nºs 359/2003, 523/2003, 2.175/2005 e 2.177/2005; aprovação - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jésus Lima - João Bittar - João Leite - José Henrique - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, serei o mais sucinto possível. Na reunião ordinária de ontem, utilizei a tribuna para fazer uma denúncia; o caso se agravou, e gostaria que a denúncia que fiz fosse lida na íntegra pelo Secretário.

Hoje a cidade de Uberlândia acordou indignada, a juventude de praticamente todas as regiões da cidade se mobilizou em virtude do aumento abusivo do preço do ônibus, que passou de R\$1,50 para R\$1,90. O mais grave é que os estudantes fizeram uma manifestação em frente ao terminal de ônibus, pressionaram e sofreram violenta agressão por parte da Polícia Militar, que soltou cachorros em cima dos estudantes e deu golpes de cassetete. Os estudantes foram arrastados. A questão é séria. Não queremos que aconteça em Uberlândia o que ocorreu recentemente em Salvador.

É necessário o empenho do Deputado Durval Ângelo, para que a Comissão de Direitos Humanos compareça à cidade de Uberlândia o mais rápido possível para dialogarmos com todas as autoridades, de forma que os direitos humanos daqueles estudantes sejam garantidos. A passagem de ônibus a R\$1,90, com certeza, aumentará a evasão escolar e o desemprego. As manifestações estão sendo ordeiras, de forma a preservar o patrimônio público, e cobramos das autoridades um posicionamento firme para que Uberlândia não se transforme em uma praça de guerra. Obrigado.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - O Deputado Weliton Prado, no seu pronunciamento, diz que há uma mobilização de estudantes reivindicando melhores preços de passagem - o que considero justo e coerente - e que houve agressão da Polícia Militar. Há necessidade de se ver em que circunstâncias os fatos aconteceram.

Portanto, esclareço que temos de ter serenidade para apurar essa questão envolvendo a força policial e a mobilização dos estudantes, conforme sempre foi registrada ao longo de toda a história das mobilizações populares.

Registro o apelo - já o fiz anteriormente. Na pauta, há vários requerimentos de meu interesse e dos demais companheiros Deputados, portanto, assim que possível, solicito que votemos esses requerimentos para exercer uma das principais funções do parlamentar: fiscalizar as ações do Executivo, bem como das demais autoridades públicas.

Repito: apelo a V. Exa. que consiga fazer com que os requerimentos constantes da pauta sejam votados. Obrigado.

Correspondência

- O Deputado Leonídio Bouças, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.382/2005, do Deputado Doutor Viana.

Do Sr. Silas Brasileiro, Secretário de Agricultura (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.552/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 3.961/2005, do Deputado Leonardo Moreira, e 3.910/2005, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Eleonora Santa Rosa, Secretária de Cultura, agradecendo manifestação de aplauso aos 51 anos de existência da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, formulada por esta Casa a partir de requerimento do Deputado Doutor Viana.

Do Sr. Marcos Montes Cordeiro, Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes (2), em que solicita a cooperação desta Casa na organização da V Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a indicação de representante da Assembléia Legislativa e respectivo suplente para comporem o Conselho Estadual de Cooperativismo - CECOOP.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (7), atendendo a pedidos de diligência da Comissão de Justiça referentes aos Projetos de Lei nºs 1.654, 1.632, 1.617 e 1.882/2004, 1.839, 2.211 e 2.095/2005. (- Anexem-se aos respectivos projetos.)

Do Sr. Ari Batista Pereira, Prefeito Municipal de Lagamar, dando ciência a esta Casa da composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR - de Lagamar, para o biênio 2005-2006.

Do Sr. Arnaldo de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Contagem, dando ciência de moção de repúdio aprovada por essa Casa a partir de requerimento do Vereador Gueber Wander Ferreira. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Vicente de Paula Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando cópia do pronunciamento do Vereador Paulo Rogério dos Santos. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Carlos Alberto Polisel, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Mauá - SP -, encaminhando cópia de moção de repúdio aprovada por essa Casa a partir de requerimento do Vereador Manoel Lopes dos Santos. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Vicente Ferreira Lamounier Filho, Presidente da Câmara Municipal de Abaeté, encaminhando cópia de ofício em que solicita ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia a apuração de atos de corrupção praticados nesse Estado e a punição dos envolvidos. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Sra. Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti, Presidente da Hemominas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.505/2005, da Deputada Ana Maria Resende.

Do Sr. Eberhard Hans Aichinger, Diretor-Geral do Instituto Estrada Real, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.508/2005, da Comissão de Turismo.

Do Sr. Hélio dos Santos Júnior, Chefe do Estado-Maior da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.944/2004, do Deputado Marlos Fernandes.

Do Sr. José Francisco da Silva, Ouvidor de Polícia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.049/2005, do Deputado Leonardo Moreira.

Da Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária Adjunta de Planejamento e Gestão, informando, em atenção ao Ofício nº 670/2005/SGM, a impossibilidade de seu comparecimento a reunião da Comissão do Trabalho realizada nesta Casa.

Do Sr. Christian Perillier Schneider, Assessor Especial do Ministro da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento do Deputado George Hilton encaminhado por meio do Ofício nº 316/2005/SGM.

Do Sr. Jorge Hage Sobrinho, Subcontrolador-Geral da Controladoria-Geral da União, encaminhando relatório do 1º Sorteio Público de Estados, ocorrido em 17/11/2004. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Geraldo Carlos Campos, do Tribunal de Justiça do Estado, informando que não vislumbra obstáculo à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2004. (- Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2004.)

Do Sr. Renato Rossi, Presidente do SESC-MG, agradecendo voto de congratulações com esse órgão, formulado por esta Casa, a partir de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Do Sr. Fábio Persi, Presidente da Associação Comunitária de Chonin de Cima - Acocci -, solicitando seja encaminhado ofício ao Presidente da República a fim de que seja viabilizado o projeto de instalação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce em Governador Valadares. (- À Comissão de Educação.)

Da Sra. Daniela Martins Carvalho, da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador - Abradecont -, agradecendo voto de congratulações com essa entidade, formulado por esta Casa, a partir de requerimento do Deputado Leonardo Moreira.

Do Sr. Claudio Gomes dos Santos, Superintendente Comercial da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.159/2005.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.370/2005

Declara de utilidade pública o Rotary Club de Sete Lagoas Mucuri, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club de Sete Lagoas Mucuri, com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2005.

Doutor Ronaldo

Justificação: O Rotary Club de Sete Lagoas Mucuri foi fundado em 4/4/79 e vem prestando excelentes serviços à comunidade, atuando na promoção social e em prol do "bem-estar geral da comunidade", como vem expresso no art. VIII do seu estatuto.

Seus Diretores são pessoas idôneas e não são remunerados pelos cargos que ocupam, como comprova a declaração anexa, firmada pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sete Lagoas.

O Rotary Club de Sete Lagoas Mucuri está sediado da R. Geraldina Moreira de Abreu, 55, Bairro Várzea, em Sete Lagoas, e vem cumprindo as suas finalidades estatutárias na área de assistência social, como certifica o Conselho Municipal de Assistência Social desse Município.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.371/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Nova Estação, com sede no Município de Cambuquira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Nova Estação, com sede no Município de Cambuquira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2005.

Leonardo Moreira

Justificação: A Associação tem por objetivo a defesa dos interesses da população do Bairro Nova Estação e a participação e integração comunitária na solução de seus problemas, promovendo o desenvolvimento comunitário com vistas a uma melhor qualidade de vida. É entidade civil sem fins lucrativos, de finalidade filantrópica e de caráter educacional, cultural e assistencial.

O processo que tem por objetivo a declaração de utilidade pública da referida entidade encontra-se legalmente amparado e obedece às exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

A entidade de que trata este projeto de lei funciona regularmente há mais de dois anos, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas, que não percebem nenhuma remuneração pelas funções que exercem, conforme consta em atestado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.372/2005

Declara de utilidade pública a Associação Pró-Ferrovia do Sul de Minas Gerais, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Pró-Ferrovia do Sul de Minas Gerais, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2005.

Sebastião Costa

Justificação: A Associação Pró-Ferrovia do Sul de Minas Gerais, com sede em Pouso Alegre, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 20/7/86, com prazo de duração indeterminado, que tem por finalidade congregar pessoas interessadas na preservação do patrimônio ferroviário, especialmente as ferrovias do Sul de Minas, defendendo-as contra a extinção ou paralisação, zelando pelo seu valor cultural, histórico e artístico, além de buscar parcerias com o poder público com vistas à formação da consciência da necessidade de preservação das rodovias sul-mineiras, enquanto herança do nosso passado.

Regularmente registrada no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica da Comarca de Pouso Alegre, integra a sua Diretoria pessoas de comprovada idoneidade, que, ressalte-se, não recebem nenhuma bonificação pelo exercício das suas funções. Congregando esforços, Diretoria e associados lutam por interesses comuns ligados também à valorização do potencial turístico das rodovias sul-mineiras.

Pelas razões expostas, conto com o parecer favorável dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.879/2005, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja formulado apelo ao Ministro das Comunicações com vistas ao abrandamento e à simplificação da legislação relativa às rádios comunitárias.

Nº 4.880/2005, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja formulado apelo ao Ministro dos Transportes com vistas à implantação de uma política pública e uma autarquia para gerenciamento do transporte ferroviário no País. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 4.881/2005, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a entidade Visão Mundial pelo trabalho social que realiza e pelo recebimento do Prêmio Bem Eficiente 2005. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.882/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Cachoeira de Minas pelo transcurso do 81º aniversário de sua emancipação político-administrativa.

Nº 4.883/2005, do Deputado Domingos Sávio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Divinópolis pelo transcurso do 93º aniversário de sua emancipação político-administrativa. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.884/2005, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Cia. de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira pelo transcurso de seus 133 anos de fundação. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.885/2005, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de aplauso à Funed pelo 98º aniversário da sua fundação. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 4.886/2005, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais pelo 74º aniversário de sua fundação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 4.887/2005, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de aplauso à Rádio Guarani pelos seus 25 anos de funcionamento. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 4.888/2005, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de aplauso aos soldados de Minas Gerais pela passagem do Dia do Soldado. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.889/2005, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a OAB-MG pela passagem do Dia do Advogado. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.890/2005, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de aplauso à Asa Comunicação por seus 42 anos de funcionamento. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 4.891/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Eduardo da Silva por sua eleição como Vice-Prefeito do Município de São Vicente de Minas.

Nº 4.892/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Machado por sua eleição como Vice-Prefeito do Município do Santa Rita do Jacutinga.

Nº 4.893/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Maria do Nascimento por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Sem-Peixe.

Nº 4.894/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Vicente Alves Correia por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Senador Modestino Gonçalves.

Nº 4.895/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Ely de Paula por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Simão Pereira.

Nº 4.896/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Barbosa Lima por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Tabuleiro.

Nº 4.897/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Raimundo Celso de Souza Lima por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Vermelho Novo.

Nº 4.898/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Itamar dos Santos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ubá.

Nº 4.899/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Wesley Augusto Salomé de Castro por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Viçosa. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.900/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas a que seja formalizado convênio com a Prefeitura Municipal de Araguari para cessão de uma ambulância.

Nº 4.901/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas a que seja formalizado convênio com a Prefeitura Municipal de Uberlândia para cessão de uma ambulância.

Nº 4.902/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas a que seja formalizado convênio com a Prefeitura Municipal de Divinópolis para cessão de uma ambulância.

Nº 4.903/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas a que seja formalizado convênio com a Prefeitura Municipal de Capinópolis para cessão de uma ambulância. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 4.904/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas a que seja destinada ao 23º Batalhão da PMMG, em Divinópolis, uma viatura e equipamentos aos policiais. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.905/2005, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, pleiteando seja solicitada ao Ministério Público Estadual cópia das peças principais do processo relativo à ação civil pública movida por esse órgão contra a Companhia Vale do Rio Doce, em razão do empreendimento Ampliação da Pilha de Estéril Marés. (- A Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Gilberto Abramo, Roberto Carvalho e Weliton Prado.

Proposição Não Recebida

- A Mesa, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Do Deputado Doutor Ronaldo, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Arquidiocese de Belo Horizonte pelos 50 anos de fundação da Rádio América.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Deputada Maria Olívia e dos Deputados Dilzon Melo (3), Arlen Santiago e Leonardo Moreira.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para a realização do "II Parlamento Jovem".

- A ata dessa solenidade será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelos Deputados Arlen Santiago - informando sua renúncia como membro efetivo da Comissão de Administração Pública; Dilzon Melo (3) - informando que o BPSP abre mão da vaga de membro efetivo da Comissão de Administração Pública em favor do PL (Ciente. Publique-se. Cópia às Comissões), indicando o Deputado Leonídio Bouças para membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, na vaga do Deputado Fábio Avelar, e indicando o seu nome para a vaga de membro suplente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, na vaga do Deputado Leonídio Bouças; e Leonardo Moreira - indicando o Deputado Dinis Pinheiro para membro efetivo da Comissão de Administração Pública (Ciente. Designo. Às Comissões e cópia às Lideranças.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Roberto Carvalho, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.207/2005 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Gilberto Abramo, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 875/2003; e, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimento do Deputado Weliton Prado, solicitando que o Projeto de Lei nº 2.301/2005 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.207/2005, do Deputado Roberto Carvalho, o Projeto de Lei nº 2.265/2005, do Governador do Estado, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12, e que, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha a matéria às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira, para parecer.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.228/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004 (À promulgação.); e dos Projetos de Lei nºs 359/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cláudio; 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Novo imóvel que especifica; 2.175/2005, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$25.751.291,60 ao orçamento fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça; e 2.177/2005, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (À sanção.).

Questão de Ordem

O Deputado Fábio Avelar - Estivemos, ontem, na cidade de Pirapora, onde tivemos a oportunidade de participar da comemoração dos seus 93 anos. Não poderíamos deixar de cumprimentar o Governador Aécio Neves e o jovem, brilhante e dinâmico Prefeito, Warmilon Braga. Ao promover a comemoração dos 93 anos de Pirapora, apresentou à comunidade uma série de obras nas áreas de educação, segurança e infraestrutura.

Registro, para toda a população, que nosso Estado de Minas Gerais vive um novo momento. Na semana atrasada, o Governador lançou um grande programa de obras viárias na região metropolitana, a chamada Linha Verde.

Ontem, estiveram presentes os Exmos. Sr. Hely Tarquínio, Secretário Adjunto de Saúde, e Sr. Sapori, Subsecretário de Segurança. O Governador Aécio Neves, mostrando sua força e sua vontade de resolver problemas da segurança, levou notícia àquela cidade sobre a aplicação de mais R\$600.000,00 nessa área. Será trocado todo o aparato policial. Serão novos equipamentos, novas viaturas, assim como será complementado o quadro daquela comunidade com mais 10 novos agentes.

Encerramento

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 3, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 31/5/2005

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte: (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha; encerramento da discussão; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; existência de quórum para votação; renovação da votação secreta da indicação; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004; votação da proposta, salvo emendas e subemendas; chamada de votação nominal; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação das Emendas nºs 1 e 2 e da Subemenda nº 2 à Emenda nº 3; chamada de votação nominal; aprovação; prejudicialidade da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3 e da Emenda nº 3 - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003; votação do Substitutivo nº 1; chamada de votação nominal; aprovação - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003; designação de relator; utilização, pelo relator, do prazo regimental para emitir seu parecer - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.230/2005; discurso do Deputado André Quintão - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - João Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pínduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sebastião Costa - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, combinado com os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. As deputadas e os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A matéria será aprovada por maioria simples. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, a indicação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 36 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência torna a votação sem efeito. A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação. Para tanto, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Correa - Gustavo Valadares - Jesus Lima - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmolô Aloise - Ricardo Duarte - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a indicação do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha. Oficie-se ao Governador do Estado.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3, na forma da Subemenda nº 2, que apresenta. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, combinado com os arts. 201 e 263, inciso I, do Regimento Interno. Em votação, a proposta, salvo emendas e subemendas. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados para votação nominal.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada).

- Responderam "sim" à chamada de votação nominal as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Miguel Martini - Dilzon Melo - André Quintão - Leonardo Moreira - Adalclever Lopes - Gustavo Valadares - Rêmolô Aloise - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Irani Barbosa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sebastião Costa - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a proposta, salvo emendas e subemendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2 e a Subemenda nº 2 à Emenda nº 3. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados para votação nominal.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada).

- Responderam "sim" à chamada de votação nominal as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Miguel Martini - Dilzon Melo - André Quintão - Leonardo Moreira - Adalclever Lopes - Gustavo Valadares - Rêmolô Aloise - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Irani Barbosa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sebastião Costa - Vanessa Lucas - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Não houve voto contrário. Estão, portanto, aprovadas as Emendas nºs 1 e 2 e a Subemenda nº 2 à Emenda nº 3 à Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004. Com a aprovação da Subemenda nº 2 à Emenda nº 3, ficam prejudicadas a Subemenda nº 1 à Emenda nº 3 e a Emenda nº 3. Fica, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2 e com a Subemenda nº 2 à Emenda nº 3. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 263, inciso I, do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 1. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados para votação nominal.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada).

- Responderam "sim" à chamada de votação nominal as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Miguel Martini - Dilzon Melo - André Quintão - Leonardo Moreira - Adalclever Lopes - Gustavo Valadares - Rêmolô Aloise - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Irani Barbosa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia -

Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sebastião Costa - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 50 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado o Substitutivo nº 1. Fica, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão Especial.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da Uemg e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que perdeu prazo para emitir parecer sobre a Emenda nº 2. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator o Deputado Sebastião Costa e indaga se está em condições de emitir o seu parecer ou se fará uso do prazo regimental para emitir seu parecer.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, tendo em vista a importância da matéria, farei uso do prazo regimental para emitir meu parecer.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho, em nome do Bloco PT-PCdoB, discutir projeto de resolução que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, que trata da empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda.

A Deputada Jô Moraes, em outra oportunidade, esteve nesta tribuna para cobrar do Governador e desta Casa uma posição mais coerente para discutir o conjunto da política tributária e o conjunto das finanças públicas do Estado, e não simplesmente virmos aqui para ratificar decisões voltadas para um ou outro segmento, sobre critérios muitas vezes dissociados de um projeto de desenvolvimento econômico e social para o Estado.

Sabemos, por exemplo, das dificuldades do nosso Estado com relação a sua dívida que, inclusive, nas palavras do próprio Secretário de Planejamento, seria impagável. Qual a lógica da política tributária, das isenções?

Temos, no Estado, uma história muito triste de renúncia fiscal para grandes empresas transnacionais. Temos grandes empresas que estimulam a guerra fiscal, vêm para Minas Gerais, instalam suas fábricas, têm isenções de ICMS, ganham terrenos da Prefeitura, mas, depois, dão uma banana para Minas, instalando-se em outro porto seguro.

Evidentemente, esses projetos de empresas aqui mencionadas não são transnacionais, pelo contrário. Então, não nos opoemos a esses projetos. Agora, queremos uma discussão mais sólida sobre os rumos econômicos do Estado.

O Governador, aliás, inaugurou várias placas do déficit zero. É bom que aproveitemos esse projeto para discutir a situação financeira do Estado, que vem melhorando muito em consequência do governo Lula, pelas mãos do governo Lula, que conseguiu, com a retomada do crescimento econômico, fazer com que Minas Gerais tivesse mais de 13% de aumento na arrecadação do ICMS, decorrente do crescimento econômico de 5%. Houve um recorde, no ano passado, com relação aos últimos dez anos, no que se refere a crescimento.

O governo Lula aumentou o repasse de transferências para o Estado de Minas Gerais nos vários campos, como o da saúde, o da educação e o das transferências constitucionais, em 59%.

Então, foi o governo Lula que criou as condições para a melhoria do desenvolvimento econômico, que aumentou as transferências para o Estado de Minas Gerais - só por meio do Ministério de Desenvolvimento Social, transferiu R\$1.500.000.000,00, beneficiando 43% da população mineira. Esse é o público atingido pelas políticas sociais só do Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo mineiro, nosso ex-Prefeito, Patrus Ananias.

Um outro ponto é que o governo federal transfere recursos, por meio da Cide, para a nossa malha viária, que tanto precisa de investimento. Além disso, investe recursos na área social. Agora, com a proposta do Fundo Nacional da Educação Básica - Fundeb -, há uma mostra de que o governo Lula está preocupado com a educação infantil, com o ensino médio. Lançou também o Prouni e está prestes a encaminhar uma reforma universitária, fazendo, exatamente, o oposto do que o Governador Aécio Neves faz com a Uemg. Essa universidade não é prioridade para o governo estadual. O Deputado Ricardo Duarte, que integrou a comissão especial sabe disso. Não se toca mais em Uemg no Estado. Não ouvimos do Sr. Governador uma proposta de estadualização das unidades da Uemg. Em todas as cidades por onde passamos em Minas, em que há uma unidade da Uemg, os estudantes dizem que não estão conseguindo pagar a universidade e questionam por que o governo estadual não faz como o governo Lula fez. Por que não lançar o Prouni aqui? O governo federal tem-se preocupado com o ensino noturno nas universidades federais?

A proposta que será encaminhada ao Congresso prevê que pelo menos 1/3 das vagas públicas sejam no turno noturno para beneficiar os estudantes que têm que trabalhar para se sustentar, para sustentar sua família, para residir em uma cidade que tenha uma instituição de ensino superior federal. Não ouvimos sobre investimentos na Uemg. Mas o governo Lula está ampliando sua participação no Fundo Nacional da Educação Básica. Está com a política do Prouni e vem sendo atacado como responsável pelo aumento da carga tributária. Mas o povo não esquece que o pulo da carga tributária ocorreu exatamente nos oito anos de governo Fernando Henrique, quando pulou de 27% para 36% da carga tributária.

Assim como a Deputada Jô Moraes, fico me perguntando qual é a lógica desses projetos de mudança fiscal em relação a alguns segmentos do Estado de Minas Gerais. Tenho cobrado do Presidente Mauri Torres, que também é um dos defensores dessa proposta, que seja colocado em pauta um projeto que estende um benefício. A pessoa portadora de deficiência física pode adquirir seu veículo com isenção de ICMS. As pessoas portadoras de deficiência visual solicitaram o mesmo. Vamos estender esse benefício aos portadores de deficiência visual, que têm um gasto duplo, porque têm que contratar uma pessoa para guiar seu veículo. Sensibilizar a base do governo com essa proposta, demora. Que política de isenção e renúncia fiscal é essa, que atinge e beneficia as grandes empresas e não beneficia o portador de deficiência visual? Todos os obstáculos são colocados - Confaz, nota técnica e outros. Se um projeto de Deputado e Deputada não tiver nota técnica do assessor do governo, da máquina do Executivo, não chega ao Plenário; e, se chegar, será derrotado. A nota técnica, muitas vezes, vale mais do que a opinião dos Deputados e das Deputadas. Existe projeto de lei da base do governo que é vetado com argumento, e o Governador encaminha projeto de lei do Executivo que contradiz as razões do veto. Não há isonomia no tratamento. Não estou falando de projetos de Deputado da Oposição. Há projeto de Deputado da base do governo vetado pelo Governador e projeto do Governador tramitando com os mesmos vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade e estão aqui para serem votados. Um deles me parece que está na pauta hoje: o Projeto de Lei nº 1.993/2004. Não vou discutir esse porque estou discutindo o Projeto de Lei nº 2.230, que trata do regime especial de tributação.

Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, acho muito importante que continuemos esse debate, dos benefícios federais, das conquistas do

povo mineiro neste período histórico com o governo Lula. Tem muita coisa do governo federal que vem sendo apropriada em Minas Gerais com outro nome. A Deputada Elisa sabe porque foi do Ministério de Desenvolvimento Social. Dirijo-me aqui às pessoas do Norte de Minas, por exemplo, do Jequitinhonha, do Mucuri. O governo federal tem um programa chamado Leite é Vida. O programa é do governo federal, o nome foi dado em Minas, e o recurso é do Fome Zero. Esse projeto passa 150 mil litros de leite para as pessoas pobres, para creches e asilos de todo o Norte, Jequitinhonha, Mucuri, um projeto que recuperou tantas cooperativas de pequenos produtores de leite no Estado de Minas Gerais.

O Cidadãonet Inclusão Digital possui recursos do Fome Zero. O Minas sem Fome e o Prosan também têm recursos do Fome Zero, do governo federal. Temos 700 mil famílias beneficiadas com o programa Bolsa-Família. O programa Luz para Todos, infelizmente, em Minas, tem um dos cronogramas mais atrasados. É bom que o cidadão mineiro saiba que as obras estão atrasadas por culpa do governo estadual. O ritmo de implantação desse programa está mais avançado em outros Estados da Federação, alguns governados pelo próprio PSDB. O programa Agricultura Familiar, tão defendido pelo Deputado Padre João, pela Bancada do PT e pelo Bloco PT-PCdoB, que mudanças trouxe para as pequenas e médias famílias, proprietárias e produtoras de Minas Gerais?

Todos esses programas vieram pelas mãos do governo federal. Não os entendemos como dádiva, como favor, mas como uma política de respeito ao pacto federativo, como valorização do Estado de Minas Gerais. O Presidente Lula está resgatando um débito que o ex-Presidente Fernando Henrique tem para com o nosso Estado, porque ficou oito anos prejudicando Minas Gerais. Temos de dizer isso em bom som. Muitos que estão atirando pedras tiveram a oportunidade de construir algo, como é o caso de um ex-Governador, da época do ex-Presidente Fernando Henrique, que ajudou o nosso Estado a chegar a essa situação de finanças combalidas, que, graças ao governo federal, estão sendo recuperadas gradativamente.

O atual Governador, em entrevistas, cobra eficiência do governo federal. O Governador, em primeiro lugar, deveria reconhecer que, principalmente, na área social, vários projetos em curso em Minas estão sendo realizados pelo governo federal. Defendemos e não abrimos mão dessa parceria. A população pobre é o objeto principal da nossa ação de governo. Essa dívida social precisa ser resgatada. O governo Lula não prejudicará qualquer Estado ou município em razão de coloração partidária. Por isso, Minas Gerais é tratada com tanto carinho pelo governo federal.

O reconhecimento é questão de justiça. Não é justo acusar o governo Lula de ineficiente. Ineficiente? Perguntem aos produtores de leite do Norte de Minas. Perguntem às famílias que recebem leite nessa região. Perguntem às famílias atendidas pelo Bolsa-Família. Perguntem às famílias que receberam eletrificação rural. Se mais famílias não a receberam, a culpa foi do governo estadual, que não foi eficiente para promovê-la.

Outro ponto é a polêmica discussão sobre a transposição do Rio São Francisco, que tantos Deputados debatem neste Plenário. Defendemos a revitalização desse rio. Por isso, desejamos saber por que o projeto estruturador do Rio São Francisco, elaborado pelo governo estadual, ficou somente com 8,3% de execução orçamentária em 2004. Gostaríamos de saber por que as políticas referentes à área infantil andam tão lentamente. O Governador disse, ontem, em uma de suas aparições, que tem obsessão pela questão das crianças.

Talvez o Governador não saiba disso, e ele não tem a obrigação de saber, pois esses dados são muito dinâmicos, mas queria alertá-lo que a execução orçamentária, do primeiro trimestre, das políticas básicas, de proteção social e de garantia de direitos foi 5,41%, sendo que a projeção é 20% até o final do ano. E não me venham citar os projetos do governo federal, pois sou Deputado Estadual. Estou discutindo Minas. Se fosse Deputado Federal, estaria discutindo a execução orçamentária dos programas da União.

Com maior prazer concederei um aparte ao Deputado Miguel Martini, logo depois do Deputado Jesus Lima, que está na fila.

Esse projeto, como bem disse a Deputada Jô Moraes, deverá ser discutido também à luz da política de investimentos no Estado. Na área da saúde, R\$1.000.000,00 deixaram de ser aplicados em 2003 e em 2004.

Reconhecemos os méritos. Já vim aqui várias vezes para fazê-lo. O Governador, principalmente na área de planejamento, tem acertado. O Secretário Anastasia é muito competente, assim como o Secretário Tadeu Barreto. Concordamos com a proposta dos projetos estruturadores. Deve haver um norte. Entretanto esses projetos precisam de um choque de execução orçamentária para saírem do papel. O Saúde em Casa, no ano passado, recebeu menos de dois dígitos de execução orçamentária.

Faço esse alerta como Líder do Bloco PT-PCdoB. Na área da criança, estamos ainda no primeiro semestre, mas foram executados apenas 5,4%. O Governador tem dito - e concordo com ele - que, na área social, não pode haver disputa partidária. Temos que somar forças. Por isso estamos trabalhando juntos, apesar de muitas vezes não sermos valorizados.

A Deputada Elisa Costa, o Deputado João Leite e eu estávamos em uma reunião ampliada do Conselho Estadual de Assistência Social. A fala, porém, foi dada a um Deputado Federal. Não foi permitida a participação da Assembléia de Minas, que fez as audiências públicas do plano plurianual; que, junto com o movimento social, conseguiu incluir o Projeto nº 31 - Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas -; que, uma semana antes, realizou uma audiência pública para discutir o sistema único da assistência social.

Não consideraram a Deputada Elisa Costa, ex-integrante do Ministério do Desenvolvimento Social; o Deputado João Leite, ex-Secretário. Não falo por mim, pois, talvez, por ser Líder do Bloco PT-PCdoB, tenha tido meu nome cortado por acharem que faria disputa política em eventos de construção de políticas públicas de assistência social. Talvez não me conheçam o suficiente para saber que não é do meu feitio esse tipo de comportamento. Quem acompanhou a discussão do PPAG sabe disso. Há hora para a disputa e há hora para construção, e uma plenária para discutir a implantação do sistema único de assistência é hora de construção, de busca de consensos, e não de explicitação ou de ênfase em divergências.

Mas fomos cortados. Um Deputado Federal foi convidado a falar. Essa foi uma deselegância com a Assembléia Legislativa de Minas. Nem sequer iríamos para a mesa. Provavelmente, na última hora, alguém alertou ao Secretário que ficaria muito feio não participarmos.

Estamos preocupados. Infelizmente Minas Gerais ainda não é essa ilha da fantasia. Algumas pessoas já me perguntaram se a Linha Verde estava pronta. Quem viu a propaganda na televisão e não anda pela região está achando que a obra já está pronta. Tomara que fique mesmo, pois, como cidadão de Belo Horizonte, considero essas intervenções necessárias.

Reconhecemos quando boas iniciativas são tomadas. Tomara que sejam concluídas, assim como as obras do nosso querido Prefeito Fernando Pimentel. Outro dia ouvi um Deputado falar que há muito tempo não se vê grandes obras em Belo Horizonte. A maior obra em Belo Horizonte, nos últimos 12 anos, chama-se orçamento participativo, que garantiu quase mil intervenções em todos os bairros e regiões da cidade. São aquelas obras esquecidas, mas importantes, que, às vezes, as grandes empreiteiras não gostam de fazer. Pode ser um centro de saúde num bairro distante, uma ampliação de escola, a abertura de uma rua, uma escadaria em área de risco, para possibilitar o deslocamento de idosos e crianças. Essas obras também precisam de reconhecimento. Que bom, agora que o Governo Lula tem repassado tantos recursos para cá, que o caixa estadual permita que isso seja feito. Vamos aplaudir, esperando que essas obras sejam efetivadas. É muito importante a parceria da Prefeitura com o governo do Estado, assim como a do governo federal com o estadual.

Precisamos, realmente, de mais investimentos na área social em Minas.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Queria elogiar o discurso de V. Exa., bastante articulado e bem feito, e ratificar a questão da transposição do Rio São Francisco, que foi levantada. Assisti, hoje ou ontem, salvo engano, a dois depoimentos sobre a interligação das bacias do setentrional. Ambos eram posições contrárias. Queria pedir à direção da TV Assembléia que, quando apresentar depoimentos sobre determinado tema, busque estabelecer o contraditório. O que vi foi uma clara indução, seguindo a orientação do governo do Estado, para levar as pessoas a posicionarem-se contra a interligação das bacias do setentrional com a Bacia do Rio São Francisco.

A revitalização é importante, mas é preciso dizer que nunca se destinou tanta verba para a revitalização como no governo do Presidente Lula. Em oito anos de governo do PSDB, foram investidos R\$3.000.000.000,00 na área de saneamento. Em apenas dois anos de governo Lula, esse valor dobrou. Foram investidos R\$6.000.000.000,00 em saneamento.

É importante frisar que o Governo do Estado tem de fazer a sua parte na questão do saneamento em Minas Gerais. Além do que o governo federal tem feito, é importante que o estadual faça a sua parte. Percebemos que quem está poluindo o Rio São Francisco é uma empresa estatal administrada pelo governo do Estado, a Copasa, que, no ano passado, teve um lucro líquido de R\$250.000.000,00. A Copasa tem de ajudar a revitalizar o Rio São Francisco.

Queria fazer esse aparte e parabenizar V. Exa. pela brilhante defesa do governo do Presidente Lula, um dos melhores que o País já teve. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Deputado Jésus Lima. Sua presença nesta Casa com certeza contribui para o debate. O Deputado teve ampla experiência no governo municipal, em Betim, e agora no governo federal, coordenando o Programa Luz para Todos.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado André Quintão, quero agradecer pela concessão do aparte. É um prazer debater com o Deputado, porque V. Exa. sempre engrandece a discussão.

O debate tem dimensão política e apresenta também aquela dimensão pontual acerca do que se quer tratar.

Mas sempre por trás existe a motivação ideológica, política. Portanto, V. Exa., de cara, já diz que quer discutir Minas Gerais em um País como o nosso, com a concentração de renda no nível que existe. Então dizer que quer apenas discutir um Estado sem identificar as causas fundamentais da dificuldade que os Estados estão vivendo é querer fugir um pouco do debate.

V. Exa. diz que Minas não é uma ilha da fantasia, e eu afirmo que não é mesmo uma ilha da fantasia. Aqui é uma ilha de realidade. Os dados, os fatos, os números, a satisfação da população mineira são um fato, real, que está acontecendo e está nas ruas. Agora ouvindo o Deputado que me antecedeu e V. Exa. falarem do governo federal, penso que lá parece ser a ilha da fantasia. V. Exa. sabe quanto se realizou de investimento no orçamento da União? Estamos no mês cinco entrando no mês seis? Cerca de 0,9%. E estamos na metade do ano. Será que vão deixar para aplicar tudo em dezembro? Já restarão 99,1% para o último mês do ano?

Diz V. Exa. que a Federação - e esse foi o grande debate que os Deputados Estaduais fizeram - está distorcida. Se considerarmos as transferências constitucionais, 75% dos recursos estão na União. Se exonerarmos as transferências constitucionais, temos 59%. Isso significa que 59% de tudo o que se arrecada fica com a União. E os 27 Estados e os mais de 5 mil municípios ficam com o que sobra. Há uma distorção absurda.

A atuação do governo federal deveria ser muito mais consistente do que é. Mas quero me deter na discussão que V. Exa. está fazendo desse projeto. Se o governo federal tivesse feito o que prometeu não precisaríamos hoje de estar votando um projeto como esse. Mas a reforma tributária não foi feita e muito menos a reforma fiscal. E esse é o grande anseio da população brasileira.

O que vemos é um governo federal confuso, politicamente perdido, que não consegue se entender nem controlar o Congresso Nacional, pois está sofrendo derrotas e mais derrotas. Isso gera insegurança para os investidores internacionais e para a própria população brasileira. Ao contrário do que acontece aqui em Minas Gerais, onde há um comando político e o respaldo político das forças políticas que agem no Estado.

V. Exa. reconheceu - e isso é uma grandeza que reconheço em V. Exa. - que 100% dos recursos que serão investidos nessa obra viária que foi anunciada para Belo Horizonte pelo Governador Aécio Neves virão do Estado. Isso ajudará o Prefeito Fernando Pimentel a resolver um problema do Município de Belo Horizonte. Há 12 anos não se resolve nenhum problema do Município. É só começarem a cair três gotas de água em Belo Horizonte e acontecem engarrafamentos na cidade inteira.

O Governador vai entrar com 100% de verbas do Estado de Minas Gerais para resolver um problema que o Município deveria ter resolvido.

V. Exa. mencionou o orçamento participativo, que começou no governo Pimenta da Veiga e teve continuação com o PT, porém muito aquém do que a população de Belo Horizonte desejava. O valor do orçamento é insignificante e, se não me engano, no governo do ano passado, 10% ou 12% do previsto foi realizado. Não tenho os números exatos, mas é uma quantia mínima, sendo abordada como se fosse expressiva, como na ilha da fantasia. Se analisarmos o percentual destinado ao orçamento participativo, constatamos que é insignificante. Houve ganho? Sim, Pimenta da Veiga trouxe esse ganho para a população de Belo Horizonte, e o PT teve a virtude de continuar o processo.

Preferiríamos não votar projetos como esse, mas, ao votá-lo, significa que pensamos em Minas Gerais, pois ele gera receita e emprego. Se não o votássemos, iria para outros Estados que oferecem maiores benefícios, como São Paulo e Goiás. Minas Gerais não tem medo de concorrer com outros Estados. Temos quantidade de energia suficiente para concorrer com a Gasmig, em parceria com a Petrobras. Melhor ainda: temos matéria-prima, qualidade intelectual, e estamos recuperando a educação, que foi um desastre no governo passado.

Esses fatores atraem investimentos, mas queremos que o governo federal não nos atrapalhe, permitindo que Minas Gerais caminhe, cresça e avance.

O Deputado André Quintão* - Agradeço ao Deputado Miguel Martini, mas, talvez, V. Exa. esteja fugindo de sua característica, que tem a tradição de reconhecimento dos fatos, da realidade.

O governo Lula tem ajudado bastante Minas Gerais, que nunca recebeu tantos recursos. O reconhecimento do pacto federativo e o respeito ao povo mineiro não é um favor, uma dádiva. O Presidente Lula sabe a importância histórica, econômica, social e política do Estado de Minas Gerais. Hoje, em entrevista, o governador reconheceu isso. Não é culpa de V. Exa. nem desse partido. Se os partidos de oposição no Congresso Nacional tivessem agido conforme age o bloco de oposição na Assembléia, creio que a situação estaria melhor.

No Congresso, durante o segundo turno da votação, os Deputados da Oposição não pensaram no País, e sim no quanto pior, melhor. Quiseram derrotar o Presidente Lula sem pensar nos prejuízos para o Congresso Nacional. Talvez o Congresso pudesse votar com maior celeridade e ter uma agenda positiva, mas não foi assim que a Oposição agiu. O Bloco PT-PCdoB, unanimemente, ou seja, com todos os votos favoráveis, aprovou, juntamente com os demais Deputados, US\$290.000.000,00 para Minas Gerais.

A Oposição, o PT, está compartilhando a responsabilidade de garantir o asfaltamento para 224 Municípios mineiros, a eletrificação rural no Noroeste mineiro e o desenvolvimento no turismo, numa parcela do Jequitinhonha, o qual queremos estender para o Médio e o Baixo Jequitinhonha, para a consolidação da gestão administrativa no Estado. Oposição aqui tem responsabilidade, possui quórum inclusive para a indicação de titulares de órgãos estaduais, conforme ocorreu esta noite por unanimidade. Cumprimos nossa obrigação com o povo mineiro, em especial quando se trata de uma pessoa do gabarito, das qualidades humanas e profissionais, por exemplo, de nosso querido Otávio Elísio.

Mas não é assim que a Oposição ao governo Lula se comporta; muitas vezes faz as piores escolhas para impor a derrota ao Presidente da República. Não é assim que se constrói uma democracia. E o próprio Governador Aécio Neves reconheceu que a Oposição aqui cumpre o seu papel, mas pensa grande, pensa no Estado de Minas Gerais, cujas solicitações o Ministro Palocci está analisando com toda a atenção.

O Governo Lula está ajudando Minas Gerais. Se houvesse uma Oposição responsável como há em Minas, como a que o PT e o PCdoB exercem nesta Casa, talvez as coisas no Congresso estivessem melhores, com a reforma tributária sendo votada. O Deputado Carlos Gomes acaba de lançar uma frente parlamentar de apoio à pequena empresa, à média empresa e à microempresa. O Deputado sabe que a guerra fiscal é ruim para todos, pois deixa de arrecadar recursos para aplicar na creche, no posto de saúde e na obra de saneamento para beneficiar os tubarões, que têm muito recurso e podem decidir onde investir. Com essa alta tecnologia não se gera emprego. Falo das grandes empresas, não dessas empresas sérias, que terão nosso voto favorável. Queremos discutir o fim da guerra fiscal, a reforma tributária. Mas a Oposição não facilita as coisas porque para a Oposição, no Congresso Nacional, quanto pior, melhor; quer desestabilizar o governo federal, quer fazer disputa política menor. Não é assim que se constrói. Mas o povo brasileiro sabe. O povo brasileiro está vendo que o Presidente Lula não se abala, que o Presidente Lula vai para fora vender a imagem positiva do Brasil, fazer as negociações que interessam ao povo brasileiro. O Presidente Lula está com rumo. O Presidente Lula vai fazer a reforma universitária, vai concluir o Luz para Todos, vai atender 11 milhões de famílias no Programa Bolsa-Família, vai encaminhar a proposta do Fundeb ao Congresso Nacional. O Presidente Lula não se abala com essa marola que a Oposição está tentando fazer, que aqui na Assembléia temos evitado. Aqui fazemos debate político; aqui na Assembléia, quando os projetos são de interesse da população, a Oposição vota pensando em Minas, pensando grande, não pensando em desgastar o Governador.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Ilustre Deputado André Quintão, agradeço o aparte concedido. Já que V. Exa. fala de execução orçamentária, aproveito o pronunciamento de V. Exa. para falar sobre o grave problema de execução orçamentária do Governo Federal na área de transportes. Hoje percorri parte da BR-365 no Triângulo Mineiro, cujo estado é lamentável. No início do governo Aécio e no início do governo Lula comentava-se que o Presidente Lula havia dito, no início do seu governo, que um bebê levava nove meses para nascer. Não compreendi bem a comparação do Presidente Lula. O que teria a ver o nascimento de uma criança com governar nosso País? Não havia uma colocação técnica em sua fala. Mas passaram-se os nove meses, e as rodovias federais, especialmente no Triângulo, onde tenho transitado bastante, não sofreram nenhum investimento por parte do governo federal. O Triângulo Mineiro está gritando para escoar sua produção, para contribuir com o desenvolvimento de Minas e do Brasil, para gerar os 10 milhões de empregos que o Presidente Lula disse que geraria. O Triângulo precisa das rodovias. Hoje interditarão a BR-365. Faço um apelo à justiça federal; é preciso interditar a BR-365 e a BR-153, a qual cruza o Triângulo de ponta a ponta, de Fronteira a Araporã. Ilustre Deputado André Quintão, a BR-050, que liga São Paulo à Capital Federal, passa no Triângulo Mineiro cortando duas das mais importantes cidades de Minas Gerais, Uberaba e Uberlândia.

Esse trecho da rodovia quase foi duplicado no governo Fernando Henrique, mas agora o governo federal não consegue sequer tapar os buracos. Temos de trabalhar nisso. É impossível hoje transitar no Triângulo Mineiro, uma região que precisa escoar sua produção, aumentando a produtividade, gerando emprego para o povo. Mas as pessoas nem sequer conseguem escoar sua produção.

Pedi aparte a V. Exa., pois estivemos na região, o governo não ignora essa situação. Todos os Deputados do Triângulo Mineiro, do PT ao PSDB, estaduais e federais, fomos ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para mostrar a ele que o Triângulo Mineiro é uma região de agronegócio que precisa de, pelo menos, ter infra-estrutura para escoar sua produção.

Agradeço o aparte de V. Exa., deixando esse registro, fazendo apelo ao Presidente Lula, ao Ministro dos Transportes e à Justiça Federal para interditar a Rodovia 365, a BR-050, entre Uberaba e Uberlândia, e a BR-153, entre Fronteira e Araporã, que estão em estado lamentável.

V. Exa. falou sobre fato que é forçoso reconhecer ser verdadeiro. A oposição na Assembléia, por parte do PT, tem sido responsável, tem aprovado grandes projetos do Governador Aécio Neves, até por serem consistentes. O plano de governo de Aécio Neves tem sido sua cartilha de governar. O programa Saúde em Casa, por exemplo, está no seu programa de governo. O povo votou nesse programa. Se há defeitos ou não, acho que possui grandes méritos e o povo votou nele. Está lá que ele iria aumentar os recursos do PSF. As instituições de saúde em Minas Gerais, do Prohosp, nunca receberam tantos recursos quanto hoje no governo de Minas, por intermédio da Secretaria de Saúde.

V. Exa. falou muito bem do trabalho do PT apoiando e votando no financiamento para ligar 224 municípios de Minas. O governo de Minas está ligando 224 municípios e o governo federal nem sequer consegue tapar os buracos das rodovias federais. Quero fazer um registro sobre as rodovias estaduais do Pontal do Triângulo Mineiro, pois ando em todas elas, de que não há nenhuma com buracos ou com problemas. Apenas no trecho entre Planura e Conceição das Alagoas o asfalto está se degenerando. Tenho certeza de que o governo de Minas haverá de fazer o recapeamento dessa rodovia.

É preciso reconhecer que o PT tem feito uma oposição responsável, crítica, mas tem apoiado os bons projetos. Acredito que em razão de os projetos serem consistentes, corretos, que beneficiam o povo. Os projetos que o Governador Aécio Neves tem mandado para esta Casa visam beneficiar a população de Minas, gerar empregos e cumprir o seu plano de governo. Esse é o grande diferencial. O Governador Aécio Neves está fazendo exatamente aquilo que falou que iria fazer durante a campanha eleitoral.

É preciso reconhecer que quando o PSDB estava no comando do governo federal, a Oposição não foi tão responsável como tem sido nesta Casa. Foi uma Oposição contra o País. É preciso deixar esse registro, porque a história tem de registrar os bons e os maus momentos para aprendermos a não fazer mais isso. Temos de aprender que o povo alterna o poder e respeitar isso. A Oposição tem de fazer o que o PT tem feito nesta Casa; tem sido crítico, mostrado seu ponto de vista, apoiado os bons projetos. Mas a Oposição do passado, no Congresso Nacional, liderada pelo PT, quando Fernando Henrique era Presidente, é preciso dizer que foi, na minha visão, contra os interesses maiores da Nação brasileira.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade de trazer esses fatos, solicitando que as forças políticas do nosso País olhem para o Triângulo Mineiro, para as rodovias federais, e que a Justiça Federal interdite essas rodovias para que o governo tenha sua atenção voltada para o grave problema de ser impossível trafegar hoje nas rodovias federais do Triângulo Mineiro. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado. Independentemente do conteúdo da sua intervenção, Deputado Zé Maia, gostaria de fazer um registro aqui do importante papel que a bancada do Triângulo, de maneira suprapartidária, tem cumprido. Sou testemunha disso. Aliás, há poucos minutos, estava numa reunião da nossa bancada, do Bloco PT-PCdoB, juntamente com os Deputados Adelmo Carneiro Leão,

Weliton Prado e também com o Deputado Ricardo Duarte, relatando todo esse esforço coletivo que está sendo feito com parlamentares de outras bancadas.

Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do País. De fato, a recuperação é uma prioridade e todas as regiões sabem disso. Temos de achar um ponto em comum para resolvermos esse problema, essa disputa, e também o acordo do governo anterior, da estadualização, do repasse de recursos que eram para as estradas, mas que foram utilizados para pagamento de pessoal, que também é um objetivo legítimo. Temos que convergir num ponto: a recuperação da malha rodoviária estadual e federal ou mesmo as estradas vicinais.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado André Quintão, além de agradecer V. Exa., queria cumprimentá-lo pelo trabalho que faz na liderança do Bloco PT-PCdoB, de forma ativa, aqui na Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Cumprimento o Deputado André Quintão pela belíssima fala.

Gostaria de fazer um breve comentário sobre o aparte do Deputado que nos antecedeu, o Deputado Zé Maia, por quem temos a maior consideração.

De fato, há um reconhecimento, mas também há um passivo herdado sobre os problemas das estradas brasileiras. Há mais de dez anos não se pensou num processo de desenvolvimento que passasse pela recuperação da malha rodoviária em todo o País, especialmente em Minas Gerais. Há uma preocupação, hoje, até para que o Brasil e Minas cresçam e se desenvolvam, para cuidar da infra-estrutura deste País, que passa, necessariamente, pela recuperação e duplicação das nossas estradas. Enfim, um cuidado com as nossas estradas. Há um compromisso do Presidente Lula nessa perspectiva. Sabemos que são necessários muitos recursos para cuidar do Brasil e de Minas Gerais, mas há que levar em consideração que esse passivo herdado é grande e será recuperado na medida em que os recursos forem sendo trabalhados e as prioridades forem sendo atendidas.

De fato, se tivéssemos trabalhado os R\$700.000.000,00 para recuperar as seis mil estradas de Minas Gerais, Deputado André Quintão, hoje teríamos cuidado maior em relação aos 11.000km de Minas Gerais.

Ressalto também que hoje o governo do Presidente Lula, especialmente na área social, referendando aqui uma fala do Deputado André, somente nos programas de transferência de renda, da assistência social e da segurança alimentar, anualmente, transfere em torno de R\$1.600.000.000,00 para Minas Gerais para cuidar das políticas sociais. Estamos cuidando da população que mais precisa de proteção social do Estado.

Há, portanto, que haver o reconhecimento desses recursos que estão chegando a Minas Gerais.

Um outro comentário diz respeito ao trabalho feito pela Oposição, do Partido dos Trabalhadores, na gestão do Presidente anterior, Fernando Henrique. Alguns anúncios que foram apresentados, naquela época, pela Oposição, diziam respeito ao desmanche do Estado brasileiro, que estamos recuperando agora. Os comentários se referiam especialmente às privatizações. Visitando os pequenos municípios de Minas Gerais, sentimos, de perto, o problema das telecomunicações. Vejam o grave mal que causou privatizar as telecomunicações no Brasil. Hoje, nos pequenos municípios de Minas Gerais, não se consegue levar a telefonia. Não importa às empresas de telefonia cuidar dos pequenos municípios, que não dão o lucro necessário às grandes empresas desse setor. Digo isso somente para citar o efeito do desmonte do Estado numa área estratégica para o nosso País. Naquela época, isso foi apontado e denunciado pela Oposição, liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Dissemos que seria profundamente prejudicial ao Brasil aquele tipo de privatização no nosso País, principalmente para a política social.

Por fim, Deputado André Quintão, Líder do nosso bloco, gostaria de comentar o projeto de regime especial de tributação, que foi aprovado com o apoio da nossa bancada. Temos que levar sempre em conta que, de fato, Minas Gerais tem que ter uma política tributária que pense o conjunto do Estado, os setores, sem privilegiar empresas apenas as empresas. Mesmo pensando em setores, alguns prejuízos têm acontecido em Minas Gerais. Vou citar o caso do setor produtivo das gemas e jóias. Tramita nesta Casa Legislativa um projeto do Governador de Minas que reduz o ICMS das gemas e jóias para o Estado de 18% para 7%. Porém, reduz de forma diferenciada. Reduz o ICMS da região do Pró-Confins para 3% e deixa o resto do Estado com um ICMS de 7%. Isso significa um prejuízo, principalmente para as regiões do Mucuri e Jequitinhonha, onde está localizado o coração das gemas de Minas Gerais - Teófilo Ottoni, Governador Valadares e o Vale do Rio Doce - provocando uma corrida dos fabricantes, da indústria de lapidação dessa região para a região do Pró-Confins. Não achamos ruim que o Governador queira construir um arranjo produtivo em Pró-Confins que possa beneficiar, inclusive, a importação e a exportação de pedras preciosas, mas, quando reduz o ICMS em Minas Gerais de maneira diferenciada, está prejudicando as regiões mais empobrecidas, que deveriam, pelo contrário, receber benefícios, para fazer alavancar seu crescimento. Se tiver que fazer uma redução de ICMS, que seja unificada em todo o Estado de Minas Gerais. Se isso não acontecer, que pelo menos o ICMS da região do Mucuri, Jequitinhonha e Vale do Rio Doce também seja de 3%. Isso demonstra que de fato existe uma avaliação a ser feita sobre a política tributária. Que todo o conjunto do nosso Estado seja beneficiado por um estudo e um detalhamento da política tributária de Minas Gerais, e não somente algumas regiões, setores ou empresas. Queria deixar esse registro para que as regiões mais empobrecidas que querem alavancar seu desenvolvimento sejam beneficiadas por uma política de tributação.

Queria parabenizá-lo e dizer que Minas Gerais reconhece que está crescendo pelos recursos e pelo projeto nacional do Presidente Lula.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputada Elisa. Demonstramos também nossa total concordância com essa luta de V. Exa. Sem dúvida, regiões como as do Mucuri e do Jequitinhonha precisam de agregação de valor para seus produtos, e essa vocação mineral da região pode ser um desses mecanismos, mas evidentemente com intervenções do governo para estimular e agregar valores, e não para subtrair o valor que pode ter sido construído naquela região, como hoje acontece, inclusive com relação a outros países. Sabemos que o beneficiamento muitas vezes ocorre em outras regiões, outros países, não agregando valor e não transferindo renda para os moradores do Mucuri, dos Vales dos Rios Doce e Jequitinhonha.

Nesses minutos que faltam, queria deixar muito claro, como estamos deixando nesse projeto de lei, que a Oposição não vai obstruir, vai votar favoravelmente. Ainda hoje estamos sob a égide da guerra fiscal que o governo federal quer terminar. O governo Lula tem uma reforma tributária para ser votada no Congresso Nacional. Queremos que a Oposição ajude o governo federal, porque não estará ajudando o Presidente da República, mas o povo brasileiro, as finanças dos Estados, dos Municípios. Os Municípios sofrem muito com a questão dos recursos. Se houver um acordo no Congresso, vai aumentar também o repasse de recursos para os Municípios.

Isso é muito importante. Minas não aceita o pensamento único, Minas gosta do debate, Minas é um celeiro de idéias, Minas tem a vocação da liberdade, da rebeldia, Minas constrói consensos, quando esses consensos são positivos para a população. Isso tem norteado a atuação do Bloco PT-PCdoB nesta Casa. Por isso, reconhecemos a importância do respeito que o governo Lula tem por Minas Gerais.

Estimulamos, defendemos e salientamos a importância das parcerias. É muito bom que Minas não esteja sendo discriminada, que bom que o governo federal, o governo estadual e os governos municipais têm estabelecido parcerias em torno de projetos prioritários. Sabemos que,

assim como o déficit fiscal foi enfrentado pelo governo estadual, numa ação que teve intensa participação do governo federal, com o aumento das transferências e com a promoção do desenvolvimento econômico, Minas Gerais tem um déficit social muito grande. São muitos os jovens que não têm o primeiro emprego. São muitas as crianças que apresentam alto nível de desnutrição. São muitas as regiões que ainda não têm o processo de desenvolvimento econômico associado à distribuição da renda. São muitos os problemas ambientais. A violência está se alastrando por todo o Estado, e muitos Prefeitos enfrentam dificuldades para auxiliar o aparato do sistema de segurança pública do Estado.

Infelizmente, Minas acumula um déficit social muito grande. Esse déficit precisa ser enfrentado. Não podemos ficar satisfeitos somente com o déficit zero. Existe política, existe democracia e existem mandatos. Tudo isso deve estar submetido a uma opção, à opção preferencial pelos pobres, à opção pela vida, à defesa da vida como fim último das nossas realizações.

Essa dívida social de Minas e do País precisa ser enfrentada. Queremos dar a nossa contribuição, nesta Casa, como bloco de oposição, cobrando mais recursos para a área de assistência, mais recursos para a área de promoção da vida, de atenção às crianças e aos adolescentes, para que não ingressem na marginalidade. Desejamos que as tabelas salariais dos servidores cheguem até o dia 30 de junho. Não é bom para Minas que seus professores tenham um piso salarial de R\$212,00. Isso não é justo para com os servidores públicos nem com as crianças e seus familiares que dependem da rede pública estadual de educação.

Esperamos, estamos aqui, dando a nossa contribuição, votando nos projetos prioritários, nos projetos relevantes para Minas, porque o papel da Oposição é exatamente esse. O déficit social também precisa ser enfrentado.

Obrigado, Deputadas e Deputados. Agradeço, especialmente, a paciência e a generosidade do nosso Presidente Rêmoló Aloise.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, declara encerrada a discussão, em turno único, dos Projetos de Resolução nºs 2.230, 2.231 e 2.232/2005 e, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/2003, uma vez que permaneceram na ordem do dia para discussão por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvoando as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 1º de junho, às 9 e às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 1º de junho, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2004 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 5/5/2004

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Bonifácio Mourão, Roberto Ramos e Chico Simões (substituindo este ao Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger Presidente e Vice-Presidente e a designar relator. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Roberto Ramos para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas 5 cédulas de votação, sendo que os Deputados Ermano Batista e Roberto Ramos obtiveram 5 votos cada um, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Em seguida, o Presidente "ad hoc" faz a proclamação dos eleitos, declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Roberto Ramos e passa-lhe a direção dos trabalhos. O Vice-Presidente dá posse ao Presidente eleito, Deputado Ermano Batista, e lhe retorna a direção dos trabalhos. O Presidente agradece a escolha de seu nome e designa relator da matéria o Deputado Antônio Júlio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2005.

Ermano Batista, Presidente - Antônio Júlio - Carlos Gomes.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 25/5/2005

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Leonardo Quintão e Sebastião Helvécio e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Leonardo Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.717 a 4.726, 4.727 e 4.728, 4.734 a 4.743 e 4.755 a 4.764/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio solicitando que seja realizada audiência pública da Comissão para se debater a revisão dos dados levantados pelo IBGE, devido à nova realidade enfrentada pelos Municípios em relação ao aumento do número de seus habitantes; e Jésus Lima solicitando que seja realizada audiência pública da Comissão para se debaterem os projetos federais e estaduais no semi-árido mineiro. A seguir, é apresentado requerimento do Deputado Jésus Lima em que solicita pedido de anistia aos inadimplentes, que são pequenos produtores rurais do Projeto Jaíba, momento em que a Presidência, nos termos do art. 150 do Regimento Interno, solicita a elaboração de nota técnica do referido requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2005.

Leonardo Quintão, Presidente - Edson Rezende - Biel Rocha - Sebastião Helvécio.

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Laudelino Augusto (substituindo este ao Deputado Jésus Lima, por indicação da Liderança do PT) e Olinto Godinho (substituindo este à Deputada Lúcia Pacífico, por indicação da Liderança do PTB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.361/2004 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir os pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Jésus Lima, em que solicita a realização de audiência pública desta Comissão para discutir a situação dos mutuários da COHAB-MG, em especial os dos Conjuntos Habitacionais de Divinópolis e Santa Luzia, com os convidados que menciona; e Elmiro Nascimento e Paulo Piau, em que solicitam a realização de reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Saúde para discutir, em audiência pública, as possíveis repercussões que poderão advir ao consumidor final de produtos farmacêuticos e aos contribuintes, farmacêuticos magistrais, caso venha a ser aprovada, na forma proposta, a Resolução da ANVISA, que pretende alterar a Resolução de Diretoria Colegiada RDC 33/2000. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2005.

Chico Rafael, Presidente - Lúcia Pacífico - Antônio Júlio - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL DAS Estâncias Hidrominerais do Sul de Minas NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 31/5/2005

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dilzon Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Corrêa e Laudelino Augusto, membros da supracitada Comissão. O presidente "ad hoc" Deputado Dilzon Melo, informa que a reunião se destina a eleição do Presidente e do Vice-Presidente e designação do relator. Em seguida, o Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Gustavo Corrêa para atuar como scrutador. Realizada a votação, são eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Dilzon Melo e Gustavo Corrêa. Em seguida, o Presidente "ad hoc" empossa o Vice-Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, que assume a direção dos trabalhos e empossa o Presidente eleito, Deputado Dilzon Melo. Este retoma a presidência e designa como relator o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Na oportunidade, fica acordado entre os membros que as reuniões ordinárias serão realizadas às quintas-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2005.

Gustavo Valadares, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Leonídio Bouças - Laudelino Augusto.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Durval Ângelo, Leonardo Moreira e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/6/2005, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.043/2005

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Fundação Hospitalar de Cristina, com sede no Município de Cristina.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Fundação em causa, no cumprimento de seus dispositivos estatutários, estabelece no campo da saúde um padrão de parceria com a comunidade de Cristina e região.

Sem discriminação ou privilégio referente a cor, sexo ou religião, fornece assistência médico-hospitalar a enfermos carentes. Para alargar o seu plano assistencial, firma contratos e convênios com entidades públicas e privadas.

Concretizando um modelo de assistência social adequada aos seus recursos, ela merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.043/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2005.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.283/2005

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em tela visa seja declarada de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Nova Lima - APAC-NI -, com sede no Município de Nova Lima.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa trabalha para manter a humanização dos detentos no Município de Nova Lima, propiciando-lhes suportes que viabilizem a sua recuperação para o convívio saudável e produtivo no seio da sociedade.

Em parceria com o Poder Judiciário, o Ministério Público, as polícias e os órgãos públicos municipais, executa direta e indiretamente programas e projetos que contribuam para a ressocialização dos sentenciados.

Disponibilizando materiais e potencial humano, suas ações são orientadas para a educação, a saúde e a profissionalização da população carcerária, associadas à recreação e à sustentação moral e religiosa, extensivas aos familiares.

Por sua atuação, ela merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.283/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2005.

Roberto Ramos, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.299/2005

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o Projeto de Lei nº 2.299/2005 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Espírita Auta de Souza, com sede no Município de Passos.

Publicada no "Diário do Legislativo", em 5/5/2005, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar dos aspectos referentes à juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Os requisitos pelos quais as associações e fundações em funcionamento no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, modificado pela Lei nº 15.430, de 2005.

A concessão do referido título a entidades privadas é uma forma de o Governo apoiá-las por prestarem serviços necessários à coletividade, como a assistência social, o atendimento médico, a pesquisa científica e a promoção da educação e da cultura. Essas instituições prestam seus serviços como o Estado o faria, sem distinção de raça, cor, credo ou convicções políticas, não tendo o lucro como finalidade. A atribuição do título implica, portanto, o estabelecimento de aliança entre o poder público e a iniciativa privada.

Cabe ressaltar, nesse ponto, que a Constituição da República, no inciso I do art. 19, impõe a separação entre instituições governamentais e religiosas ao vedar aos entes federativos estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a inter-relação de interesse público de autoridades governamentais e religiosas, na forma da lei.

Assim, o texto constitucional consagra o princípio da separação entre o Estado e cultos religiosos, com vistas a garantir a liberdade religiosa, um dos mais importantes direitos individuais, previsto no art. 5º, VI, da Carta Magna.

Em vista disso, a declaração da Associação Espírita Auta de Souza como de utilidade pública contraria o preceito constitucional que proíbe o Estado de estabelecer alianças com instituições que têm como objetivo a propagação de doutrinas sagradas.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.299/2005.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ermano Batista, relator - Adelmo Carneiro Leão - Sebastião Costa - Gustavo Corrêa.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 2.285/2005

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria desta Comissão, o projeto de resolução em tela tem por objetivo dar cumprimento ao disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a saber, aprovar previamente a alienação da terra devoluta que especifica, cujo processo foi instruído pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER-MG -, órgão vinculado à Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária.

Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, coube à Comissão de Constituição e Justiça apreciar preliminarmente o projeto, oportunidade em que se manifestou concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento à tramitação, cumpre agora a este órgão colegiado emitir parecer sobre o assunto, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 188, c/c o art. 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de resolução em causa trata de conceder aprovação prévia de legitimação de gleba rural situada no Município de Montezuma, com área de 184,9771ha, em favor de Carlos Nunes Morais.

Em atendimento ao que dispõe a legislação regente da matéria, a alienação de tal imóvel dar-se-á mediante compra preferencial, ou seja, o legítimo posseiro terá prioridade para adquirir o bem, de acordo com o preço de mercado.

Queremos enfatizar que ela, em si mesma, reflete a política rural adotada pelo constituinte mineiro no que se refere ao papel atribuído ao Estado de "promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo", conforme se verifica da leitura do art. 247, "caput", da Constituição mineira.

Em consonância com esses esclarecimentos, expressamos o ajuizamento de que constitui justa medida a concessão de domínio em tela a quem de fato participou ativamente e de forma produtiva na ocupação do território mineiro.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.285/2005, no 1º turno.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005.

Gil Pereira, Presidente - Doutor Viana, relator - Padre João.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 2.286/2005

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria desta Comissão, o projeto de resolução em tela tem por objetivo dar cumprimento ao disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a saber, aprovar previamente a alienação de terras devolutas que especifica, cujos processos foram instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER-MG -, órgão vinculado à Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária.

Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, coube à Comissão de Constituição e Justiça apreciar preliminarmente o projeto, oportunidade em que se manifestou concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento à tramitação, cumpre agora a este órgão colegiado emitir parecer sobre o assunto, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 188, c/c o art. 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de resolução em causa trata de conceder aprovação prévia de legitimação de duas glebas, situadas nos Municípios de Rio Pardo de Minas e Indaiabira, cuja áreas, respectivamente, são de 207,7153ha e 187,6818ha.

Em atendimento ao que dispõe a legislação regente da matéria, as alienações de tais imóveis dar-se-á mediante compra preferencial, ou seja, o legítimo possessor terá prioridade para adquirir o bem, de acordo com o preço de mercado.

Queremos enfatizar que ela, em si mesma, reflete a política rural adotada pelo constituinte mineiro no que se refere ao papel atribuído ao Estado de "promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo", conforme se verifica da leitura do art. 247, "caput", da Constituição mineira.

Em consonância com esses esclarecimentos, expressamos o ajuizamento de que constitui justa medida a concessão de domínio em tela a quem de fato participou ativamente e de forma produtiva na ocupação do território mineiro.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.286/2005, no 1º turno.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005.

Gil Pereira, Presidente - Padre João, relator - Doutor Viana.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 2/6/2005, a seguinte comunicação:

Da Deputada Maria Olívia, notificando o falecimento do Sr. Átila de Castro Perilo, ocorrido em 31/5/2005, em Lagoa da Prata. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Milton Tubes Alonso pelos serviços prestados na área médica à sociedade uberabense (Requerimento nº 4.566/2005, do Deputado Fahim Sawan);

de congratulações com o Sr. Djalma Antônio Abrão pelos serviços prestados na área médica à sociedade uberabense ((Requerimento nº 4.567/2005, do Deputado Fahim Sawan);

de congratulações com o Sr. Pedro Vinhola Neto pelos serviços prestados na área médica à sociedade uberabense (Requerimento nº 4.568/2005, do Deputado Fahim Sawan);

de congratulações com o Município de Brasilândia pelo aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 4.585/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com o Município de São Domingos do Prata pelo 15º aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 4.586/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Contagem pelo 92º aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 4.587/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a Escola Estadual Desembargador Rodrigues Campos pelo transcurso de seu cinquentenário (Requerimento nº 4.588/2005, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com a Escola Municipal Francisco Diniz pela passagem dos seus 130 anos de fundação (Requerimento nº 4.589/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Pastor Jeremias Pereira da Silva pelo 36º aniversário de fundação da Oitava Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.590/2005, do Deputado Leonardo Quintão);

de congratulações com o Sr. Carlos Roberto Rocha por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Divino (Requerimento nº 4.595/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Antônio José Cunha por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Coimbra (Requerimento nº 4.596/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Antônio Jerônimo Dias por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Cipotânea (Requerimento nº 4.597/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Milton Gonçalves de Araújo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Chiador (Requerimento nº 4.598/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Júlio Maria Bitencourt por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Chalé (Requerimento nº

4.599/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Jaime Afonso Cruz de Sousa por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Cataguases (Requerimento nº 4.600/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Lauro Rogerio Murer por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Carangola (Requerimento nº 4.601/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Sebastião Pereira Mageste por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Caputira (Requerimento nº 4.602/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Masemias Rodrigues de Almeida por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Caparaó (Requerimento nº 4.603/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Amarildo José Mayrink por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Bicas (Requerimento nº 4.604/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de aplauso aos membros da diretoria do Conselho Nacional de Secretários da Saúde por sua posse nos respectivos cargos (Requerimento nº 4.605/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de aplauso à Profa. Luziana Lanna pelo recebimento do Diploma de Honra ao Mérito, outorgado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.606/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de congratulações com o Sr. Pedro Ribeiro de Magalhães por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Brás Pires (Requerimento nº 4.623/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Sebastião Huebra Franco por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Durandé (Requerimento nº 4.624/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. João Carlos Guilherme Ferreira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Recreio (Requerimento nº 4.625/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Laudácio Lasmar Lopes por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Raul Soares (Requerimento nº 4.626/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Realino de Almeida por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Presidente Bernardes (Requerimento nº 4.627/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Pedro José Câmara Silva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Porto Firme (Requerimento nº 4.628/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Eli Ferreira Costa por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Piraúba (Requerimento nº 4.629/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Orlando Saraiva Lessa Filho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ponte Nova (Requerimento nº 4.630/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Eduardo de Souza por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Pirapetinga (Requerimento nº 4.631/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Rogério Lopes de Castro por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Piau (Requerimento nº 4.632/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Fundação Educacional de Machado pelos seus 40 anos de fundação (Requerimento nº 4.634/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Associação Mineira dos Criadores de Zebu pela realização da 62ª Exposição Agropecuária e Industrial de Curvelo (Requerimento nº 4.635/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Cristina pelos seus 231 anos (Requerimento nº 4.642/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Pedralva pelos seus 118 anos (Requerimento nº 4.643/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Bernardino Alves Campos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Paiva (Requerimento nº 4.647/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Melquiades Teodoro dos Anjos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Coronel Pacheco (Requerimento nº 4.648/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Marques Emerick por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Martins Soares (Requerimento nº 4.649/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Brênio Coli Rodrigues por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Leopoldina (Requerimento nº 4.650/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. João Soares da Silva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Laranjal (Requerimento nº 4.651/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Eduardo Araújo dos Santos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Juiz de Fora (Requerimento nº 4.652/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Francilino Ferreira da Silva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Goianá (Requerimento nº 4.653/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Mauro Godinho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ervália (Requerimento nº 4.654/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. João Batista Duarte Abreu por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Barão de Monte Alto (Requerimento nº 4.655/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Sebastião Valentin Cocate por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Astolfo Dutra (Requerimento nº 4.656/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Unimontes pela conquista do conceito máximo no Curso de Medicina e em vários outros, obtidos no Enade (Requerimento nº 4.661/2005, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a Faculdade de Medicina de Ipatinga pelo conceito máximo obtido no Curso de Medicina no Enade (Requerimento nº 4.662/2005, do Deputado Leonardo Quintão e Adalclever Lopes);

de congratulações com a Sra. Mara Yanmar Narciso Cruz Silveira pelo lançamento do livro "Segurando a Hiperatividade" (Requerimento nº 4.666/2005, do Deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com os Srs. Emílio Zeymer, Bernardo Zeymer e Sérgio Neves pelos 25 anos de fundação do "Jornal Horizonte" (Requerimento nº 4.669/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Abelar Manoel Costa por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Antônio Prado de Minas (Requerimento nº 4.670/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Lauro Luiz de Gonzaga Netto por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Amparo da Serra (Requerimento nº 4.671/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Reinaldo Aparecido Noronha por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Tiradentes (Requerimento nº 4.672/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Antônio Periglo Sobrinho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Simonésia (Requerimento nº 4.673/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Carlos Henrique Avelar por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo (Requerimento nº 4.674/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Sebastião de Almeida por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde (Requerimento nº 4.675/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Nelson Lourival de Lima por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Santana do Garambéu (Requerimento nº 4.676/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Cristiano Tadeu da Silveira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São João del-Rei (Requerimento nº 4.677/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José do Sagrado Coração Resende por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ritópolis (Requerimento nº 4.678/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Elias Siuff por sua recondução ao cargo de provedor da Santa Casa de Montes Claros (Requerimento nº 4.679/2005, do Deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a Rede Vitoriosa de televisão, em Uberlândia, e com a equipe do Programa Linha Dura, pelo trabalho que têm realizado (Requerimento nº 4.684/2005, do Deputado Weliton Prado);

de congratulações com o Município de Cambuquira pelo transcurso dos 96 anos de sua emancipação (Requerimento nº 4.686/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Sra. Zélia Pereira de Andrade por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Carrancas (Requerimento nº 4.688/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Maria do Carmo Araújo Prieto por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Cajuri (Requerimento nº 4.689/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Geraldino Garcia da Silva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Arantina (Requerimento nº 4.690/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Hélio Tavares da Silva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Alto Jequitibá (Requerimento nº 4.691/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Maria Aparecida Gomes de Oliveira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Bias Fortes (Requerimento nº 4.692/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Lairto Furtado Toledo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Barbacena (Requerimento nº 4.693/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Adelmo Ferreira Graçano por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Barroso (Requerimento nº 4.694/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Marília Coelho Furtado por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Argirita (Requerimento nº 4.695/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Humberto Candian por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Antônio Carlos (Requerimento nº 4.696/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Otaviano Costa Silveira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Caiana (Requerimento nº 4.697/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Colégio São José, na pessoa de seu Diretor, Irmão Dino Girardelli, pela passagem de seus 106 anos de fundação (Requerimento nº 4.714/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora por ter sido considerada a 2ª melhor do País no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade (Requerimento nº 4.715/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de aplauso à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora por ter sido considerada a melhor do País no Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes - Enade (Requerimento nº 4.716/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com as Faculdades Pitágoras de Montes Claros pela inauguração do centro de atendimento médico para os cursos de Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia (Requerimento nº 4.800/2005, da Comissão de Saúde);

de aplauso aos policiais militares que participaram da operação realizada, em 10/5/2005, nos Bairros Lindéia, desta Capital, e Metrôpole ou Veneza, de Ribeirão das Neves, com vistas à repressão ao tráfico de drogas (Requerimento nº 4.805/2005, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que participaram da operação realizada na região do Bairro São Cristóvão, nesta Capital, especialmente no Aglomerado Pedreira Prado Lopes, com vistas à repressão ao tráfico de drogas (Requerimento nº 4.807/2005, da Comissão de Segurança Pública);

de apoio à Sra. Marília Aparecida Campos, Prefeita Municipal de Contagem pelas reivindicações encaminhadas à Comissão Especial de Segurança Pública de Contagem, concernentes ao enfrentamento da criminalidade nesse Município (Requerimento nº 4.812/2005, das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 31/5/2005

O Deputado Leonardo Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ouvintes das galerias e telespectadores da TV Assembléia, subo a esta tribuna para solicitar ao Sr. Presidente que coloque na ordem do dia, para que seja votada em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de minha autoria e do Deputado Luiz Humberto, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado de Minas Gerais, enfim, que altera o critério de acesso dos Juizes de Direito ao Tribunal de Justiça.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 80 tem por objetivo evitar discriminação no tocante ao acesso ao Tribunal de Justiça, possibilitando a adoção exclusiva do critério técnico e isonômico, retificando o erro, bem como a inconstitucionalidade cometida na elaboração da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2003, quando de sua aprovação.

O parágrafo único do art. 92 é inconstitucional, uma vez que cria mais um nível na carreira da magistratura estadual, ao fixar que somente os Juizes da Comarca de Belo Horizonte teriam direito a fazer parte da lista de acesso ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A permanência de tal critério causará diversos prejuízos à magistratura mineira, provocando a paralisação da carreira, pois os Juizes titulares das comarcas de entrância especial terão de pedir remoção para a Comarca de Belo Horizonte, caso queiram dar prosseguimento à carreira, o que acarretará muitas dificuldades àqueles que realmente querem ser promovidos à Capital.

Em minhas viagens pelo interior de Minas Gerais, Juizes, Promotores, advogados e pessoas da sociedade me perguntam por que não votamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 80. A imprensa mineira também noticia a insatisfação da magistratura mineira. No mês passado, precisamente no dia 14/4/2005, vários Juizes da Capital e do interior se reuniram no Salão Vermelho com alguns Deputados e o Sr. Presidente da Assembléia, a quem solicitaram a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição nº 80 na ordem do dia; entretanto, até o hoje a solicitação da magistratura mineira não foi atendida. Naquela oportunidade, o Sr. Presidente garantiu aos Juizes e aos Deputados presentes que colocaria, na pauta de votação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2004. A não-votação dessa proposta de emenda à Constituição está colocando em xeque a independência do Poder Legislativo perante os membros do Judiciário e da sociedade mineira.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Sr. Deputado, ouço atentamente o seu pronunciamento, e, a meu ver, todos os Deputados devem fazer o mesmo. Realmente ouvi um grande encontro com o nosso Presidente, Deputado Mauri Torres, e vários Deputados.

Lá ficou acertado que essa emenda à Constituição seria votada no final do ano passado; no entanto, já estamos no meio do ano, e nada se decidiu. A matéria continua adormecida na Secretaria-Geral da Mesa da Assembléia.

Está na hora de a Assembléia cumprir seu papel. Quando aqui cheguei, em 1990, Deputado Leonardo Quintão, vi que aqui se cumpriam acordos e palavras. A Assembléia precisa cumprir o acordo com os representantes da magistratura. Ademais, trata-se de um compromisso assumido conosco, com os Deputados que estiveram presentes na oportunidade. Ficou certo que nos esforçaríamos por votar a matéria no ano passado. Foi votada no 1º turno; agora, precisa ser votada no 2º turno.

Sabemos que está ocorrendo uma interferência externa, que não pode ser acobertada, da forma como vem ocorrendo. Se o Tribunal de Justiça ou sua cúpula não quer que essa emenda seja votada, mostre isso claramente, o que pode ser feito por meio de uma ampla discussão. Estamos cobrando do Presidente o cumprimento de um acordo que ele fez não só com a magistratura ali representada, mas também com os Deputados presentes. Temos de saber por que essa matéria não está na pauta.

Deputado Leonardo Quintão, V. Exa., como autor, está correto, ao cobrar essa questão do Presidente da Assembléia, visto que foi feito um acordo. Ressalto que, nesta Casa, os acordos sempre foram cumpridos. Nunca vi ocorrer o contrário. Aliás, essa é uma virtude que sempre externo quando participo de reuniões fora daqui. Sempre anuncio que as palavras e os acordos aqui firmados, na grande maioria das vezes, são cumpridos. A votação da Emenda à Constituição nº 80 tem de ser levada a sério.

V. Exa. está de parabéns por cobrar do Presidente um posicionamento. Os demais Deputados que estiveram presentes representando suas cidades, apoiando a magistratura mineira, buscando uma solução para essa situação, devem manifestar-se. Assim, o Presidente poderá cumprir com o combinado no final do ano passado, e poderemos votar, o mais rápido possível, essa emenda. Obrigada.

O Deputado Leonardo Quintão* - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. A sua fala é muito importante, uma vez que V. Exa. foi Presidente da Casa e sabe como se realizam os trâmites.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Deputado Leonardo Quintão, demais Deputados presentes nesta Casa, também apóio sua iniciativa, em primeiro lugar, no que se refere à Proposta de Emenda à Constituição nº 80 e, em segundo lugar, no tocante à cobrança que faz à Presidência da Assembléia Legislativa. Ou seja, V. Exa. solicita ao Presidente que viabilize um debate nesta Casa, tendo em vista a aprovação da citada proposta.

Em nosso gabinete e em Governador Valadares, recebemos várias manifestações. A população solicita seja garantida entrância especial às comarcas das cidades-pólo de Minas. Ou seja, é preciso que a justiça esteja mais próxima da população e que as competências do Judiciário sejam garantidas. Cidades-pólo, como Juiz de Fora, Montes Claros, Ipatinga, Governador Valadares e outras têm competência para resolver questões, sem que se transfiram problemas para Belo Horizonte.

Registro, Deputado Leonardo Quintão, que o atual Prefeito de Governador Valadares, Bonifácio Mourão, que, na época, era Deputado, foi o autor da emenda que retirou a competência das cidades-pólo de Minas Gerais. Assisti a uma entrevista que ele concedeu, durante a qual disse aos Juizes da Comarca de Governador Valadares que era favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 80. Pedimos-lhe que, por meio da influência que tem nesta Casa, junto ao Presidente Mauri Torres, contribuia para a aprovação da proposta. Caso contrário, mostra-se incoerente, visto que, como Deputado, apresentou uma emenda retirando a entrância especial e agora, como Prefeito, discorda da emenda que apresentou.

Registramos esse apoio, que é fundamental para aproximar a justiça da população. Isso é importante para as comarcas das cidades-pólo e de toda a Minas Gerais. Assim, a população terá acesso ao Poder Judiciário e alcançará a cidadania. Parabéns, Deputado Leonardo Quintão! Esperamos que a Presidência desta Casa coloque a Proposta de Emenda à Constituição nº 80 em votação o mais rápido possível. Obrigada.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, serei breve. Faço coro com as palavras de V. Exa. Tenho a honra maior de ser o relator dessa emenda, que possui conteúdo muito formalizado e debatido. V. Exa. teve a feliz iniciativa de trazer para esta Casa, corrigindo talvez descuido apresentado por emenda do relatório, à época, tão cuidadosamente trabalhado pelo nosso querido Deputado Bonifácio Mourão, essa Emenda nº 80, que foi postulada por V. Exa. e pelo Deputado Luiz Humberto Carneiro. Nós a apresentamos de maneira muito rápida e consistente, tanto que já foi aprovada em 1º turno.

Falo também em nome dos Juizes do Sul de Minas, que estão aguardando, desta Casa, o retorno da proposição para o 2º turno. Mais uma vez solicito, como relator da matéria, que seja apresentada no 2º turno o mais rápido possível para prestigiar os magistrados, porque realmente são merecedores. Parabéns.

A Deputada Jô Moraes (em aparte)* - Caro Deputado Leonardo Quintão, vim aqui para confirmar a oportunidade das palavras de V. Exa.

Estive na reunião e testemunhei não só a insistência de V. Exa. e de outros Deputados do PMDB, mas também a do Deputado Durval Ângelo e desta Deputada, que representava o Líder André Quintão. Havia coesão absoluta. Também estavam presentes os profissionais da área, que vieram em peso de Betim, apoiados por Prefeitos e Vereadores de suas cidades e de outras regiões.

Essa demanda não é apenas problema de Belo Horizonte ou do Deputado Leonardo Quintão, pois visa também levar apoio às sociedades mais distantes, democratizando a justiça, o que é tão importante para recuperação da dignidade e da justiça social.

Por isso referendo a palavra de V. Exa. Tenho certeza de que, com a coesão estabelecida por inúmeros Deputados de diferentes bancadas, o Presidente desta Casa colocará a proposição em pauta, e a população do interior de Minas Gerais ficará grata pela justeza dessa decisão. Parabéns pela iniciativa.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Cumprimento o Deputado Leonardo Quintão não só por seu pronunciamento, mas também pela iniciativa de trazer a discussão democrática para esta Casa.

Pude participar de um debate na Câmara Municipal de Montes Claros que contou com a presença dos Vereadores, da grande imprensa dessa cidade e de toda a magistratura montes-clarense. Percebi que o sentimento do Norte, do Sul, do Leste, do Oeste e da Região Metropolitana é um só, porque o projeto oferece oportunidade exatamente àqueles Juizes que estão no interior, que precisam ter ascensão na carreira e oportunidade de mostrar seu valor, o que acontece apenas para aqueles que conseguem, num processo de afunilamento, ser Juiz em Belo Horizonte.

Pode contar com o apoio dos Deputados do nosso partido, o PDT.

Vamos também fazer coro com seu trabalho, com seu apelo ao Presidente da Casa, Deputado Mauri Torres, aqui hoje representado pelo nosso caro colega Rêmoló Aloise, que tem mostrado muita sensibilidade, principalmente quando se trata da valorização do esforço do ser humano, seja ele Juiz, seja ele trabalhador de qualquer classe. Pode contar primeiro com a nossa admiração pelo trabalho de V. Exa., que precisa ser reconhecido não só pela magistratura mineira, mas também pela sociedade de Minas, porque estamos efetivamente valorizando o ser humano que ocupa um dos cargos mais importantes, porque julgar é para poucos. A magistratura mineira é competente e tem dado demonstração dessa competência. Conte com o apoio do nosso partido. Espero fazer coro com o trabalho e a voz de V. Exa., que possamos votar ainda neste mês de junho, em 2º turno, essa importante proposta de emenda à Constituição. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão* - Sr. Presidente, espero contar com a compreensão de V. Exa. porque fui aparteado por vários colegas em vista da importância da matéria.

Sr. Presidente, a insatisfação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da OAB-MG e da sociedade é latente. O parágrafo único do art. 98 da Constituição Estadual é inconstitucional. Essa inconstitucionalidade está reconhecida no Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 80. Essa inconstitucionalidade está reconhecida no parecer do ilustre Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.373-5/600, movida pela Associação dos Magistrados Mineiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, encerro a minha fala e minhas considerações com a convicção de que esta Casa de leis irá corrigir definitivamente o erro cometido anteriormente agora retificado com essa emenda à Constituição.

Rogamos a V. Exa., Sr. Presidente, reconheça a pronta necessidade e a urgência premente de que se reveste a imediata promulgação da Proposta de Emenda à Constituição nº 80 e, portanto, a via necessária de sua votação em 2º turno.

Muito obrigado, senhores parlamentares, Sr. Presidente, senhoras e senhores telespectadores da TV Assembléia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia e galerias, com muito pesar ocupo mais uma vez a tribuna desta Casa para dizer que estamos neste momento vindo de um velório em que velamos o corpo do Cabo Álvaro Fernando da Silva, que tinha 32 anos e estava lotado na 1ª Companhia do Batalhão Rotam, que foi executado com quatro tiros no interior do Supermercado São Luís, no Bairro Nacional, região Noroeste de Belo Horizonte.

Segundo relato de testemunhas, quatro homens chegaram atirando contra o policial, acertando também um funcionário do estabelecimento, que faleceu no local. Os marginais foram prontamente presos pela ação vigorosa da Polícia Militar. O fato ocorreu na data de ontem.

Na data de 28 de maio, dois dias antes da morte do Cabo Álvaro Fernando da Silva, o Soldado Sócrates Wendel Guimarães dos Santos, de 28 anos, que estava lotado na 126ª Companhia do 5º BPM, estava de folga, à paisana. Havia acabado de chegar à casa de sua namorada, no Bairro João Pinheiro, quando foi abordado por dois indivíduos que anunciaram o assalto. Certamente, em uma atitude repentina, acabaram também por matar o Soldado Sócrates Wendel Guimarães dos Santos.

Ontem, durante um tiroteio em Itabira, o Detetive Anderson José Diogo, de 32 anos, foi ferido na cabeça por uma quadrilha especializada em assalto a bancos e carros-fortes. As perdas do Soldado Sócrates e do Cabo Álvaro são mais uma amostra da violência e da criminalidade que vem assolando não só Belo Horizonte, como todo o Estado de Minas Gerais. Na tentativa de defender a sociedade, de responder aos marginais à altura, o Cabo Álvaro foi morto de forma fria e covarde.

Não podemos nos calar. Não podemos aceitar que pessoas de bem, honradas e ordeiras continuem sendo abatidas cruel e covardemente por perigosos bandidos, que, após autuados em flagrante e presos, lideram rebeliões, põem fogo em colchões e arrebentam as cadeias públicas.

Infelizmente, determinados grupos da sociedade fazem questão de defender esse tipo de pessoa. Parece que as vítimas, as pessoas de bem ficaram esquecidas ao longo do tempo, pois tornou-se comum matar o cidadão trabalhador, funcionários de supermercado, policiais, taxistas, cobradores de ônibus, vigilantes de carro-forte. Recentemente, em pleno BH Shopping, atiraram num carro-forte com uma metralhadora .50, armamento antiaéreo.

Ficamos indignados e revoltados com esse tipo de pessoa, que se diz ser humano, mas, com a arma em punho, não tem a mínima consideração ou dó de sua indefesa vítima. O Cabo Álvaro e o Soldado Sócrates, bem como o cidadão que trabalhava no Supermercado São Luís, no Bairro Nacional, morreram de forma covarde e fria. Não podemos aceitar isso passivamente. Nós, Deputados, bem como a sociedade organizada, ordeira, que trabalha, que luta, que paga seus impostos, que toma o ônibus para trabalhar diariamente, com a marmita debaixo do braço, os profissionais liberais, enfim, todos os que, de forma correta e honesta, tentam conduzir sua vida, ao lado de sua esposa, filhos e irmãos, temos de fazer algo. Não podemos aceitar que policiais e cidadãos de bem sejam abatidos.

Infelizmente, uma pequena parcela de pessoas ainda tentam inverter a ordem, ou seja, os valores morais da sociedade, os valores humanos que cada um deve ter em seu comportamento social.

Pessoas que, na verdade, acabam conduzindo ou protegendo aqueles que deveriam cumprir uma pena, de forma a pagar uma penitência, e não da maneira que alguns abraçam, com sentimentalismo exacerbado. Mas as vítimas continuam sendo deixadas de lado. Muitas vezes, pessoas estupradas e vítimas de latrocínio não têm a mesma palavra amiga, a mesma defesa ferrenha por parte de várias autoridades constituídas, que certamente fazem com que haja inversão de valores.

Fazemos um registro nesse sentido e parabenizamos a Polícia Militar por responder prontamente a esses três assassinatos dos últimos dias, em que houve a prisão imediata desses bandidos, que têm de ser afastados da sociedade e colocados num local onde cumpram a pena. Portanto, eles devem cumprir a pena e não gozar de outros benefícios, como vemos em algumas cadeias, penitenciárias ou estabelecimentos prisionais do Estado. Não podemos, em momento algum, permitir que haja essa inversão de valores. Sabemos de todos os três crimes praticados, tentativa de homicídio contra o Detetive de Itabira, assalto a banco e a carro-forte. Nesses dois últimos casos houve emprego de arma de fogo.

Conduzo a minha fala para dizer que em outubro próximo deverá realizar-se um referendo no nosso País com o objetivo de indagar à sociedade se o comércio de armas e munições deve ser proibido ou não, conforme prevê o chamado Estatuto do Desarmamento, ou melhor, a Lei nº 10.826, de 22/12/2003.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste, gostaria de dizer ainda que o sistema de justiça criminal, o sistema prisional, os 40 mil mandados de prisão em aberto que ainda se encontram no nosso Estado e que ocorrem nos demais Estados da Federação, ainda deixam muito a desejar, por mais que o Governador se tenha empenhado. Os mandados de prisão em aberto, a deficiência do aparelho policial quanto

à logística e à própria desarticulação existente ainda permanecem no sistema, apesar de todo o esforço do governo do Estado de Minas Gerais. Há morosidade no Judiciário, porque o Congresso Nacional não faz a reforma do Código de Processo Penal e do Código Penal, que necessariamente precisa acontecer para dar celeridade e agilidade às ações da justiça. Então, como poderemos ir às urnas em outubro, por ocasião do referendo popular, e dizer que o cidadão tem de ser proibido de ter uma arma na sua residência, no seu sítio ou na sua fazenda?

Quero lançar uma idéia aos nossos colegas parlamentares, e irei oficializá-la, para que seja criada a frente parlamentar em defesa da vida e da segurança pública. É importante que, acima de tudo, a população esteja realmente atenta. Será que o poder público é capaz de dizer ao cidadão, com toda franqueza e segurança, que ele não precisa ter uma arma em casa ou no seu sítio porque o Estado está ali para lhe assegurar tranquilidade? Podemos afirmar que o Estado brasileiro não tem condições para fazer isso.

Já ocupei a tribuna desta Casa logo depois da sanção dessa lei denominada Estatuto do Desarmamento. Elogiei e continuo elogiando vários de seus aspectos. Trata-se de uma legislação bastante severa e rígida, que impede até mesmo que o policial se arme com uma arma que esteja no seu próprio nome, registrada, devidamente legal.

Caso isso ocorra, estará cometendo crime de porte ilegal de arma.

Portanto, para o cidadão que não tem o porte livre de arma, se surpreendido com uma, certamente sofrerá uma pena de dois a quatro anos de prisão, que é a pena mínima prevista. Além do mais, esse crime é classificado como inafiançável.

Querer proibir o cidadão honrado, a pessoa que pega o seu demonstrativo de pagamento, que tem o seu CPF, o seu endereço, que faz um psicotécnico, que passa pelas exigências legais, de possuir uma arma em casa ou até mesmo reivindicar o porte de arma junto à Polícia Federal, conforme prevê, ainda, a Lei nº 10.826, de 2003, o chamado Estatuto do Desarmamento, é um absurdo. Isso equivale a dizer-lhe que pode ficar em casa tranqüilo, sem preocupação, transitar livremente pelas ruas que não será assaltado, ferido, morto ou não terá a casa invadida. Não estamos dizendo que o cidadão deva usar a arma de forma irresponsável, atabalhoada ou com total inexperiência. Estamos dizendo que a proibição pode levar a uma situação muito pior, pois, infelizmente, bandido não vai até a casa de arma, nem a compra legalmente. O Governo Federal tem feito muito pouco - diria quase nada - para estancar o contrabando de armas e o tráfico de drogas nas nossas fronteiras. Diante disso, como podemos proibir que o cidadão tenha uma arma em casa, que possa reivindicar o seu porte de arma, com toda a exigência burocrática imposta pela lei - severa, diga-se de passagem? Como, repito, podemos impedir que esse cidadão possua uma arma em casa? As exigências trazidas pela Lei nº 10.826 são muito rígidas; e são cumpridas; no entanto, dizer ao cidadão que as Polícias Civil e Militar, o Ministério Público, o Judiciário, o sistema prisional, o sistema de justiça criminal estão prontos para atender o cidadão 24 horas por dia, a ponto de tranqüilizá-lo, é uma falácia. Não podemos admitir isso. Não podemos aceitar que a população mineira seja enganada, pois essa mesma população vai às urnas para decidir o "referendum" se o brasileiro deve ou não adquirir arma ou munição.

Continuo fazendo a indagação que fiz há pouco. Será que o nosso sistema de justiça criminal, em todas as suas faces, seja a do Executivo, com a Polícia Civil ou Militar, seja a do Judiciário, seja a do sistema prisional, está realmente preparado para dar essa tranquilidade?

Encerrando, Sr. Presidente, quero dizer que esses dois policiais que morreram e o cidadão funcionário do supermercado são pessoas de bem, honradas. Certamente não permitiremos que isso passe em brancas nuvens. Aqui estarei para fazer o registro da tribuna desta Casa. Em um segundo momento, ocuparemos novamente esta tribuna, conclamando os Deputados e as Deputadas para que possam refletir, como lideranças políticas em suas bases, sobre essa questão, e para que as pessoas se conscientizem de que o Estado brasileiro não tem condições de oferecer segurança à altura, devendo permitir a aquisição da arma para uso em casa, no comércio, na fazenda, no sítio, ou até mesmo que o cidadão possa reivindicar o seu porte junto à Polícia Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas, Srs. Deputados presentes, imprensa, senhoras e senhores, povo de Minas Gerais. Nesta tarde quero fazer uma discussão a respeito das ações do governo do Estado na região do Idene relacionadas ao apoio ao pequeno produtor rural, mas, antes de tocar nesse assunto, gostaria de fazer um pequeno comentário sobre a fala do meu colega de partido, Deputado Sargento Rodrigues.

Diga-se de passagem, ele é a maior autoridade desta Casa para discutir, apresentar propostas relativas à segurança pública do nosso Estado, na visão do Legislativo. É a maior autoridade porque conviveu com o perigo e com as dificuldades. Tem muitos anos de experiência na ponta do sistema, trabalhando pela segurança do nosso povo. Outra característica, Deputado Sargento Rodrigues, é a defesa sistemática que faz, muito bem-feita, relativamente às dificuldades dos policiais militares, que também estão no sistema, e das quais não tomamos conhecimento. Vemos uma pequena manchete ou outra, como a que vimos aqui hoje de um policial fuzilado covardemente, mas não sabemos o que passa a Polícia Militar. É importante que se defenda esse policial militar porque ele, efetivamente, é aquele que está na ponta do sistema defendendo nossa vida, a vida de nossas famílias e nossa tranquilidade.

Quanto à questão do estatuto do desarmamento, tenho um ponto de vista que talvez coincida com o da maioria do povo de Minas. O governo federal está muito preocupado com o desarmamento do cidadão comum. Concordamos em gênero, número e grau com essa ação porque as estatísticas mostram que uma arma na mão de uma pessoa desabilitada, despreparada, é um grande perigo. Essa pessoa pode, devido aos acontecimentos e à emoção, usar essa arma de forma indevida, ceifando a vida de pessoas inocentes.

O que contestamos, indagamos e questionamos são as poucas ações do governo federal para desarmar aquele que está preparado para matar, o criminoso, aquele homem que não tem nenhum escrúpulo, aquela pessoa que, muitas vezes, para roubar R\$10,00, um tênis, uma blusa, não hesita em puxar o gatilho e matar pessoas. O governo não se tem preocupado em barrar o tráfico de armas de grosso calibre que vemos atravessando as fronteiras do nosso País. Essas armas chegam de forma muito simples nas mãos de traficantes, de criminosos. Há pouco tempo esses traficantes infestavam outros Estados e agora, infelizmente, chegam a Minas Gerais com toda fúria, toda vontade sanguinolenta e covarde de matar. E temos visto pouca ação da Polícia Federal e do governo federal para barrar o tráfico dessas armas e muito menos para tirar essas armas das mãos de criminosos.

Um dia vi uma grande reportagem de uma rede de televisão nacional mostrando alguns rolos compressores destruindo algumas armas. Prestei atenção e não vi os rolos compressores passando em cima de um fuzil, de uma arma automática, de uma granada, de uma bazuca, de uma metralhadora. Destruíram apenas garruchas velhas que o povo, querendo ficar livre, vende a R\$100,00 para o governo federal, revólveres obsoletos que nem funcionam.

São esses armamentos que o governo está cantando em verso e prosa, como se estivesse fazendo algum bem e alguma vantagem. Mas ele está deixando muito a desejar.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pelo apreço dispensado à minha pessoa, parabenizando-o pela lucidez e pelo registro de suas palavras.

O único ponto que as pesquisas não apontam, nobre companheiro Deputado Carlos Pimenta, é que as armas que estão eliminando as pessoas de bem, os policiais e os cidadãos em geral, não são armas legais, ou seja, são as armas que estão nas mãos dos bandidos. Esse é um viés que

a estatística deveria apontar. Essas são as armas ilegais que o governo federal deveria combater.

Os ferrenhos defensores, os defensores apaixonados do desarmamento não são pessoas que circulam pelas ruas livremente. Tenho acompanhado algumas frentes parlamentares de Deputados Federais e Senadores em Brasília e percebido que essas pessoas não estão andando pelas vielas, pelas periferias, pelos centros das Capitais e das regiões urbanas do nosso País. Elas não têm tomado coletivo ou transitado livremente pelas ruas, indo e vindo. Tenho certeza de que sentiriam uma insegurança muito maior, caso fizessem isso.

O Estatuto do Desarmamento, a Lei nº 10.826, de 2003, trouxe todo o rigor legal necessário para impedir que um cidadão possa comprar uma arma facilmente ou tirar um porte. A restrição é bastante severa e restritiva. Mas querer impedir a comercialização de armas e munições no País é o mesmo que dizer que o governo federal fechará as fronteiras para a passagem de arma. O fuzil AK-47 é uma arma russa. Existem armas italianas, alemãs e norte-americanas que transitam livremente no comércio do Paraguai. Lá, um cidadão pode comprar essas armas num "shopping center" de madeira. O que o governo federal tem feito para impedir isso?

Conforme V. Exa. disse, houve um assalto a um carro-forte com uma metralhadora .50. É a mesma arma que foi utilizada por policiais da Roubo a Bancos aqui na barreira de Betim. É com isso que os bandidos estão atacando. Será que aqueles cidadãos que estão lá na roça, em seus sítios ou em seus comércios, podem ter a sua arma - legal - tirada? Ele comprou a arma, pagou por ela e registrou a sua identidade e o seu CPF. O Estado brasileiro não oferece condição de segurança aos cidadãos para poder fazer isso. Além do mais, a responsabilidade sobre o contrabando de armas é do governo federal.

O Deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado pelo aparte. Estamos em via de ter um plebiscito. O povo brasileiro tem de opinar sobre o Estatuto do Desarmamento. Não podemos deixar que o bandido fique cada vez mais armado e preparado para matar, a população cada vez mais indefesa, e o governo federal conversando muito e agindo pouco.

Hoje recebi uma carta de um cidadão da cidade de Januária. Ele me relatou o drama e as dificuldades vividas por ele, quando precisou vir a Belo Horizonte, em seu carro, trazendo sua filha doente para fazer um tratamento.

Ele mostra toda sua indignação, revolta e descontentamento com a situação da BR-135, pois foi vítima de um acidente em que quase perdeu toda sua família - a esposa, a filha doente e o filho menor. Relata em sua carta exatamente o que estamos acostumados a ouvir e mostra claramente a discrepância existente, já que o cidadão paga cerca de 40% ou 50% de impostos sobre qualquer bem que adquire, seja veículo, seja peça de vestuário, seja produto alimentício.

Esse cidadão está coberto de razão. Direcionarei sua carta, com sua aquiescência, ao Presidente Lula, ao Ministro dos Transportes, aos Deputados Federais e a toda a imprensa mineira, pois ele falou com o coração ao relatar sua dor por ter perdido seu veículo, que era seu instrumento de trabalho e um de seus bens. Ele quase perdeu sua família por causa da irresponsabilidade sem fim e sem tamanho do governo federal para com nossas estradas e, em especial, para com a BR-135.

É necessário que essas pessoas desçam de seus pedestais em Brasília e venham aqui; que o Sr. Diretor do DNIT - homem que ninguém vê, que não atende a telefonemas, que não vem às audiências públicas, que não participa dos debates, que não responde aos Deputados e ao povo - venha até aqui falar sobre os ilusórios milhões de reais que dizem estar sendo liberados para a reconstrução de nossas estradas.

Quero que o Sr. Manoel Pereira dos Anjos, que quase perdeu sua família na BR-135, receba nosso apoio à sua indignação. Encaminharemos essa carta, escrita com tanto sentimento, às autoridades, em mais uma tentativa de sensibilizar aqueles deuses de Brasília que não conversam com a população e não atendem ao clamor das autoridades e do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, antes de tratar do assunto que me traz a esta tribuna, queria, pela importância do tema e do movimento, registrar que, nesta terça-feira, 31 de maio, o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais promove mais uma edição do movimento em defesa da TV Minas. Buscando condições decentes de trabalho, esse importante sindicato encaminhou uma carta que tornarei pública nesta Casa, para obter o apoio dos demais Deputados e Deputadas. Ela foi entregue ao Exmo. Sr. Antônio Aquiles, Presidente da Fundação TV Minas. Passo a lê-la na íntegra.

(- Lê:)"Prezado senhor, considerando que a maioria dos empregados da TV Minas presta serviços sob precárias condições; considerando que os chamados 'contratos administrativos' descumprem a legislação profissional das atividades regulamentadas de jornalistas e radialistas, principalmente no que tange à jornada de trabalho; considerando que a remuneração dos empregados da TV Minas não foram contempladas com os reajustes salariais previstos em convenções coletivas nos últimos três anos; considerando que os sindicatos signatários acabam de celebrar uma convenção coletiva para o período 2005/2006, estabelecendo, além do reajuste salarial, o pagamento de um abono a todos os jornalistas e radialistas; vimos reivindicar, que, no mês da renovação dos atuais contratos administrativos, seja respeitada a legislação profissional no que se refere à jornada de trabalho, e, no caso dos jornalistas, ao piso salarial de R\$1.000,00 por 5 horas/dia. Reivindicamos ainda que seja pago, junto com a primeira parcela do próximo contrato, um abono correspondente a um piso salarial de cada categoria, visando indenizar, parcialmente, as perdas ocorridas nos últimos 12 meses. Contando com o atendimento, Aloísio Lopes Valdir Costa, Presidente do Sindicato dos Radialistas".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do Bloco PT-PCdoB, externo a nossa concordância, apoio e também o nosso desejo de que tanto a TV Minas quanto a Rádio Inconfidência recebam o tratamento que, de fato, merecem, pois cumprem um papel relevante na democratização e ampliação da comunicação em Minas Gerais.

Tratarei também de um assunto a mim encaminhado no final de semana. Na condição de Coordenador da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizando uma palestra no Centro de Acolhida Betânia, em Belo Horizonte, fui procurado por profissionais da nossa querida Rádio Itatiaia, para que providências fossem tomadas em relação a uma criança moradora de Ribeirão das Neves, com 2 anos e 9 meses, com a saúde fragilizada, portando necessidades especiais, tendo sido submetida até a uma traqueostomia e a alimentação por sonda.

Essa criança mereceu um longo período de acolhimento no Hospital Municipal Odilon Behrens, de 7/11/2003 a 27/10/2004. Depois, retornou à sua residência, mesmo havendo a possibilidade de internação em uma instituição específica, por opção da família, que preferiu, com certa razão, cuidar da criança em casa. Infelizmente, no prosseguimento do tratamento, ela apresentou uma miíase, uma infecção, com surgimento de bernês. A situação tornou-se delicada do ponto de vista da saúde da criança, que foi novamente internada no Hospital Odilon Behrens.

Mais uma vez, a Rádio Itatiaia, cumprindo esse papel de quase prestação de serviço público e de cobrança junto aos órgãos responsáveis, mereceu, por parte do hospital, toda a atenção e cobertura.

Procurando inteirar-me dessa situação, tive a oportunidade de, pela manhã, visitar o hospital, essa criança e várias outras, em situação

crônica, hospitalizadas.

Além dessas doenças, muitas vezes suas famílias não oferecem condições para que sejam desospitalizadas.

Levanto, assim, um desafio para todos nós, Deputados, Deputadas, militantes da área social e, principalmente, agentes do Poder Executivo em suas três esferas, especialmente na municipal. Hoje, a desospitalização é defendida por todos. Sabemos que, após a realização do tratamento, o ideal é que a pessoa possa recuperar-se em casa, ao lado dos familiares e com o acompanhamento das pessoas mais próximas. É evidente que são necessárias determinadas condições, entre elas o treinamento e, em alguns casos, apoio financeiro à família e acompanhamento de agentes do Programa Saúde da Família. Infelizmente, essa não é a realidade dos municípios mineiros.

No Hospital Municipal Odilon Behrens, vimos crianças muito pobres com doenças crônicas, que exigem acompanhamento quase minuto a minuto. As famílias, muitas vezes, não têm condições de proporcionar isso em suas residências. As crianças, muitas delas filhas de moradores de rua ou de famílias desagregadas, praticamente moram no hospital. Essa realidade não é exclusiva do Odilon Behrens. A mesma situação deve ocorrer no Hospital das Clínicas e nos demais que atendem a crianças nessas condições. Elas ficam sujeitas a reinfeção e submetidas a um clima que não é o adequado, praticamente morando nos hospitais. Em muitos casos, essa é a única alternativa. Assim, ocupam leitos que poderiam estar, em procedimentos de emergência, salvando a vida de outras crianças.

Deputados Laudelino Augusto, Dinis Pinheiro, Padre João, a situação é muito difícil. As famílias querem ficar com as crianças, mas não têm condições de recebê-las em suas casas. O Odilon Behrens atende a toda região metropolitana. As crianças voltam para suas casas, e a Prefeitura, freqüentemente, não tem equipes para acompanhá-las como ocorre em Belo Horizonte. Dessa forma, ficam sujeitas ao agravamento da doença, como ocorreu com a paciente de 2 anos e 9 meses de Ribeirão das Neves.

Proponho que a próxima reunião da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente debata a desospitalização infantil. Como podemos, simultaneamente, resguardar dignamente as condições básicas de convivência da criança com a enfermidade, que é crônica, preferencialmente em sua residência?

Para isso, é necessário o treinamento das famílias e apoio, até mesmo financeiro, a elas. É imprescindível o compromisso dos municípios com os PSFs, para que essas crianças sejam freqüentemente visitadas.

Essa criança de Ribeirão das Neves tem retornos regulares ao Hospital Odilon Behrens. É necessário que as equipes de saúde dos Municípios possam providenciar a remoção dessas crianças para a unidade mais complexa, quando necessário.

Hoje, a Superintendente do Hospital Odilon Behrens, pessoa muito competente e empenhada, deu uma palavra de abertura de possibilidade para que unidades intermediárias, não estritamente hospitalares, mas de acolhida, com medidas básicas de acompanhamento, sejam instaladas. Seja diretamente pelos hospitais nos Municípios, seja por ONGs. É muito sofrido o cotidiano das famílias que hoje estão morando em unidades intensivas de alta complexidade. Aquelas crianças não têm para onde ir.

Chamo a atenção do Deputado Rogério Correia, que vem acompanhando o debate na área de saúde, pois o Governador disse ontem, na TV, que criança é obsessão. Tratarei desse tema posteriormente, pois a execução orçamentária nas políticas da criança no primeiro trimestre foi 5,41%. Se essa média seguir, teremos 20% de execução orçamentária na área da criança. O Governador tem 5% de obsessão nessa área, porque a execução orçamentária está muito tímida, o que faz com que os Municípios não tenham condições de ampliar esse atendimento.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Cumprimento V. Exa. pela clareza de sua fala e pela reivindicação. Quando se fala do direito da criança e do adolescente, ainda bem que podemos contar com o Ministério Público. E, ao se falar em Ministério Público, saúdo os estudantes de direito da faculdade de Conselheiro Lafaiete, onde também estudei. Infelizmente, precisei trancar minha matrícula para exercer meu mandato nesta Casa. Saúdo a todos e desejo-lhes todo o empenho no curso, pois, se temos pessoas bem formadas, teremos Promotores, Juizes, Procuradores competentes e com a sensibilidade necessária para formar uma sociedade mais fraterna e humana. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Deputado Padre João, nosso grande representante. É uma honra tê-lo como companheiro de partido.

Cumprimento também os estudantes da faculdade de direito de Conselheiro Lafaiete.

Reitero a preocupação de discutirmos com o Estado e com os Municípios a construção de um caminho de "desospitalização" infantil que preserve a qualidade de atendimento e o convívio familiar e que não transforme os leitos hospitalares em alternativas permanentes de residência das crianças com doenças e enfermidades crônicas. Essa prática pode servir como instrumento de reinfeções, e a UTI não é um ambiente acolhedor para uma criança.

Mais uma vez, parabeno a Rádio Itatiaia por prestar um serviço público e garantir àquela criança um atendimento mais digno. Por meio dessa ação, possibilitou-nos enxergar que aquele caso não era específico. Com certeza, há dezenas de casos de crianças que praticamente vivem nos hospitais por falta de uma rede de "desospitalização" nos demais Municípios da Grande BH, de uma ação mais eficiente das autoridades estaduais de saúde e também pela ausência de unidades intermediárias de acolhimento. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia; no último dia 24 de maio, o Governador Aécio Neves lançou um projeto muito importante para todo o Estado, especialmente para a população da RMBH. A Linha Verde, denominação dada a esse projeto, beneficiará diretamente mais de 3 milhões de pessoas e promoverá o desenvolvimento em oito municípios da região metropolitana e em 60 bairros de Belo Horizonte.

Se esse lançamento é motivo de alegria para o povo mineiro, pois os investimentos significarão milhares de empregos diretos e indiretos, terão efeito multiplicador no conjunto da economia, e resultarão em melhores condições de vida para a população belo-horizontina, da região metropolitana e - por que não dizer? - de todo o Estado; para mim ele possui um significado muito especial na medida em que a Linha Verde também ligará o Centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins.

Como todos sabem, este Deputado empreendeu grande esforço para o retorno do tráfego aéreo para Confins, como condição essencial para a revitalização do aeroporto. A despeito de críticas e resistências, principalmente em razão da localização desfavorável relativamente ao aeroporto da Pampulha, persistimos em demonstrar a existência de inúmeras vantagens em reativar o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, seja pela maior segurança, seja pelo aproveitamento de um valioso investimento que se encontrava ocioso, seja principalmente pelo potencial de expansão e diversificação desse aeroporto.

A Comissão Especial dos Aeroportos, instalada em novembro de 2003 nesta Casa, foi um marco muito importante no conjunto do trabalho empreendido. Tive a felicidade de ver aprovado meu requerimento para sua instalação, fui seu relator e contamos com a competência e a dedicação do Deputado Alencar da Silveira Júnior na sua Presidência. É oportuno lembrar que a constituição da Comissão Especial foi motivada pelo anúncio de que seriam aplicados R\$140.000.000,00 na ampliação e em melhorias do aeroporto da Pampulha, considerada, à época, como a alternativa mais conveniente.

Contou a Comissão com a prestigiosa participação de representantes dos mais diversos segmentos envolvidos com o assunto, com destaque para profissionais ligados à operação de aeroportos e à aviação comercial, e também associações de moradores e sindicatos de trabalhadores.

Ao todo, participaram centenas de representantes dos diversos segmentos ligados à questão dos aeroportos. Ao final de seus trabalhos, a Comissão Especial dos Aeroportos concluiu que a melhor opção para o transporte aeroviário da Região Metropolitana de Belo Horizonte seria a reativação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a transformação do aeroporto da Pampulha em aeroporto auxiliar, apresentando 18 recomendações para que se concretizasse essa proposta.

Entre as recomendações feitas pela Comissão Especial dos Aeroportos, cabe ressaltar a atenção que se deu à necessidade de melhorar as condições de acesso ao aeroporto de Confins e também ao fato de que essas melhorias levariam benefícios adicionais à população da região norte de Belo Horizonte, da região metropolitana e dos municípios adjacentes, no momento em que se resolvesse o problema viário de acesso ao aeroporto, com a conseqüente redução do tempo de percurso dessas populações ao Centro da Capital e vice-versa.

Agora, vemos que os fatos estão concretizando as nossas esperanças e expectativas. A visão e o arrojo do nosso Governador Aécio Neves, atitudes que encontram respaldo em uma equipe competente e muito dedicada, voltaram-se à questão da revitalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e, ao longo de vários meses, com passos firmes, efetivaram ações que possibilitaram a transferência dos vôos da Pampulha para Confins. Tivemos, então, o coroamento de toda essa movimentação com o lançamento da importante obra denominada Linha Verde. O acesso ao aeroporto internacional estará equacionado, uma área densamente povoada receberá benefícios muito grandes e se dará uma das condições necessárias para acelerar o progresso e o desenvolvimento em uma significativa área da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Agradeço o aparte, nobre colega Deputado e amigo Fábio Avelar. Imagino a alegria que invade seu coração, como também o de todos nós, que lutamos e acompanhamos os debates feitos pela Comissão Especial dos Aeroportos, os quais V. Exa. tão bem conduziu ininterruptamente. Recordo e valorizo o seu trabalho, pois V. Exa. sempre acreditou, e, quando sonhamos juntos, os sonhos se tornam realidade.

Foi preciso que o nosso Governador visse a possibilidade do futuro para aquela região por meio do projeto da Linha Verde, que trará desenvolvimento não só à Capital, mas também a todo o Estado. Na reunião em que V. Exa. estava presente, testemunhamos a euforia e a convicção do Governador, ao expor o seu projeto da Linha Verde. Lembro, mais uma vez, que a sua participação e crença foram fundamentais na elaboração do resultado das discussões feitas no âmbito da Comissão Especial dos Aeroportos, tão bem presidida por V. Exa., a quem parabeno. Acompanhei algumas reuniões e testemunhei o entusiasmo de V. Exa. acerca do que está para ocorrer. É bom saber que temos um Governador devotado ao desenvolvimento e dotado de uma visão futurista e realista que pode melhorar a vida dos mineiros.

Parabéns, Deputado Fábio Avelar, por acreditar e sonhar junto conosco. Assim, o sonho vai-se tornando realidade.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - O Deputado Fábio Avelar se mostra sempre combativo, está sempre presente tentando atender aos clamores do povo de Belo Horizonte e de todo o Estado. Trata-se de um Deputado de atuação exemplar nesta Casa.

Neste instante, tem a oportunidade de falar de uma obra maravilhosa, de grande alcance social, anunciada pelo Governador Aécio Neves na última semana. Essa obra é esplêndida, Sr. Deputado, pois gerará empregos, estimulará o comércio, trará prosperidade e progresso à cidade de Vespasiano, ao norte de Belo Horizonte, bem como a tantas outras cidades. Melhorará, sobretudo, a vida de milhões de mineiros. Essa obra anunciada pelo Governador Aécio Neves, que contou com apoio e com a participação desta Assembléia e com a valorosa contribuição de V. Exa., é uma marca memorável. V. Exa. está sempre atento às manifestações dos mineiros.

Parabéns, Deputado Fábio Avelar. Parabeno também nosso Governador, por realizar essa obra importantíssima. Trata-se, certamente, da maior obra do sistema viário dos últimos 10 ou 15 anos. Essa ação implica uma quantia superior a R\$200.000.000,00. Ocorrerão intervenções importantíssimas na Avenida Cristiano Machado, na MG-010 e no Rio Arrudas. Esse complexo de obras, denominado Linha Verde, é muito importante. Saúdo o Governador Aécio Neves pelo brilhantismo com que vem desenvolvendo essas ações, que trarão benefícios aos mineiros.

Aproveito a oportunidade e a atenção de V. Exa. e do Presidente Rogério Correia para, rapidamente, fazer alguns questionamentos a respeito do que disse o Deputado André Quintão, principalmente quando se referiu à saúde no Estado de Minas Gerais. O Estado está sendo administrado com muita competência e seriedade, pois há melhor atendimento à saúde dos mineiros. Aliás, lembro que hoje recebemos a visita do Secretário Marcus Pestana. Por um lado, sentimos alívio e conforto, pois relatou muitas ações de suma importância para a saúde de Minas Gerais; por outro lado, os mineiros demonstram preocupação, haja vista a falta de direcionamento de recursos do Governo Federal para o nosso Estado.

Para se ter uma idéia, Deputado Fábio Avelar, nos últimos dois anos, o governo federal diminuiu de forma significativa os recursos destinados ao Estado de Minas Gerais. Para alarmar ainda mais a situação, o governo federal insiste em não participar de um serviço essencial, de extrema importância. Refiro-me aos medicamentos excepcionais, que constituem uma prerrogativa do governo federal. Trata-se de uma ampla discussão. Seria bom que a Comissão de Saúde convidasse representantes do Ministério da Saúde para discutir o assunto, tendo em vista a ampliação do direcionamento de recursos do governo federal para o Estado de Minas Gerais. Nesse embate, poderia tentar regulamentar a Emenda à Constituição nº 29, a fim de eliminar qualquer dúvida quanto ao valor gasto efetivamente neste e em outros Estados com a saúde. Há grande demanda, são muitas as ações.

Informo ao Deputado André Quintão que o Governador tem atuado com afinco, determinação e apreço tentando melhorar - e melhorando - a saúde do Estado de Minas Gerais; todavia, não podemos concordar com o fato de o governo federal adotar uma linha declinante.

Não podemos consentir com essa política implantada pelo governo federal, que está diminuindo os recursos na área da saúde. Em Minas Gerais é diferente, a cada ano: existem mais recursos investidos na área da saúde.

Agradeço a atenção e a cordialidade de V. Exa. Vespasiano e toda a região agradecem, com muito carinho e gratidão, seu trabalho valoroso, principalmente quanto a essa obra magnífica que o Governador Aécio Neves entrega a todos os mineiros.

O Deputado Fábio Avelar* - O Deputado Dinis Pinheiro desviou-se um pouco do assunto, mas acho que é pertinente. Agradeço sua compreensão.

Agradeço os apertes dos Deputados Doutor Viana e Dinis Pinheiro. Estou satisfeito por estar aqui hoje comemorando essa resposta rápida do Governador Aécio Neves, com a implantação da Linha Verde, a uma reivindicação antiga de toda a população da região metropolitana.

Já podemos vislumbrar entusiasmo muito grande em toda região Norte de Belo Horizonte, na nossa querida cidade de Vespasiano, em Confins, em minha terra natal, Lagoa Santa, em Santa Luzia, enfim, em todas as cidades que estão no entorno do aeroporto de Confins, as quais, de certa maneira, encontram-se bastante motivadas com essa revitalização e com esse desenvolvimento que certamente ocorrerá a partir de agora.

Em nome de todas as pessoas que, durante quase um ano, trabalharam na Comissão Especial dos Aeroportos; em nome dos Deputados que também contribuíram para os trabalhos dessa Comissão, como Doutor Viana, Dinis Pinheiro, Alencar da Silveira Jr., que foi seu Presidente, gostaríamos de agradecer ao Governador o lançamento e a efetiva implantação dessa obra que será um marco para a RMBH e representará o início de uma nova fase de desenvolvimento para o Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/5/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

exonerando, a partir de 6/6/2005, Anderson Luis Corrêa Marques do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas;

nomeando Anderson Luis Corrêa Marques para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Leliane Mazzeu de Paiva Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando, a partir de 6/6/2005, Deborah Mangueira Santos Cardoso do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Kennedy Manoel Cardoso para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.332, de 13/5/2003, assinou o seguinte ato:

designando Paulo Henrique Chiarelli, matr. 3.343/1, para substituir Maria de Fátima Silva, matr. 2.974/2, na Comissão Permanente de Licitação, e dispensando da suplência da referida Comissão o servidor Paulo César Gomes de Oliveira, matr. 11.904/0, designando, ainda, como secretário, o servidor José Avelino do Carmo, matr. 2.846/0, e, como membros suplentes, os servidores Rosângela Alves Ferreira, matr. 3.009/0, e Florivaldo Dutra de Araújo, matr. 5.759/2.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2005

Objeto: aquisição de 500 "mouse pads" tipo ergonômico.

Licitante vencedor: Visionpad Ltda.

Belo Horizonte, 3 de junho de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2005

Objeto: contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para prestação de serviços técnicos de instalação, desativação ou mudança de pontos da rede corporativa da Assembléia Legislativa.

Licitante vencedor: Sistema Telecomunicações e Comércio Ltda.

Belo Horizonte, 3 de junho de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuzza, Pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Stand Up Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviços de consultoria e reportagem para a TVA. Dotação orçamentária: 01.031.011.4-011.0001 33903900. Vigência: 1 ano, a partir de 1º/6/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

Projeto de Lei nº 2.349/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 31/5/2005, na pág. 57, col. 4, onde se lê:

"Município de Mato Verde", leia-se:

"Município de Mata Verde".